



**FACULDADES MAGSUL**

**GRACIELE LIMA DA SILVA**

EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS : O CAMINHO PERCORRIDO POR UMA  
ACADÊMICA DO CURSO DE PEDAGOGIA NA BUSCA DO CONHECIMENTO E  
COMPREENSÃO DA POLÍTICA DESENVOLVIDA PELO MUNICÍPIO DE PONTA  
PORÃ/MS 2005-2011

PONTA PORÃ- MS,

2011

GRACIELE LIMA DA SILVA

EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS : O CAMINHO PERCORRIDO POR UMA  
ACADÊMICA DO CURSO DE PEDAGOGIA NA BUSCA DO CONHECIMENTO E  
COMPREENSÃO DA POLÍTICA DESENVOLVIDA PELO MUNICÍPIO DE PONTA  
PORÃ/MS 2005-2011

Trabalho de Conclusão de Curso (TCC)  
apresentado à Faculdades Magsul, como parte  
dos requisitos para obtenção do título de  
Licenciatura em Pedagogia.

Orientadora: Prof<sup>ª</sup>. MSC. Elizete Cardoso.

PONTA PORÃ –MS

2011

GRACIELE LIMA DA SILVA

EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS : O CAMINHO PERCORRIDO POR UMA  
ACADÊMICA DO CURSO DE PEDAGOGIA NA BUSCA DO CONHECIMENTO E  
COMPREENSÃO DA POLÍTICA DESENVOLVIDA PELO MUNICÍPIO DE PONTA  
PORÃ/MS 2005-2011

Trabalho de Conclusão de Curso (TCC)  
apresentado à Faculdades Magsul, como parte  
dos requisitos para obtenção do título de  
Licenciatura em Pedagogia.

**Data de aprovação:** 07/ 12/ 2011

**Local:** Faculdades Magsul.

**Banca Examinadora:**

---

**Orientador(a):** MSc. Elizete Cardoso. \_\_\_\_\_

**Membro:** MSc. Roseli Aurea Soares Sanches. \_\_\_\_\_

**Membro:** MSc. Mirta Mabel Escovar Torraca. \_\_\_\_\_

## AGRADECIMENTOS

Ao meu companheiro, a minha tia e meu sogro, pela carona de todo dia.

Ao meu filho, por existir.

Aos meus queridos pais (Gentil e Maria), pela cumplicidade e dedicação.

Aos meus irmãos por me darem força.

Aos meus segundos pais (Orlando e Vera) pela força, e pelo incentivo de continuar os estudos.

A avó do meu companheiro de me adotar e me ter como neta de sangue, e que é um exemplo de mulher.

As queridas amigas de curso, em especial (Edinéia Aparecida Oenning de A. Calonga) que foi minha parceira nas horas de alegria e angústia, obrigada amiga por estar ao meu lado.

A minha querida prima adotada também (Cristhina) pela ajuda e paciência nas horas de que mais precisei.

A Deus por ter me dado privilégio de cursar um curso tão maravilhoso.

E a minha orientadora (Elizete Cardoso) que admiro pela competência e paciência e pelo empenho, obrigada por acreditar.

## RESUMO

O presente estudo tem o objetivo de analisar a política desenvolvida para o processo de escolarização de jovens e adultos na rede municipal de ensino de Ponta Porã, no período de 2005 a 2011. A pergunta condutora que norteia o estudo é: Como acontece a escolarização dos jovens e adultos no município? Para tanto, utilizou-se de pesquisa bibliográfica e de campo tomando como referência principal os documentos oficiais pesquisados nos sites do Ministério da Educação, na Secretaria Municipal de Educação de Ponta Porã, Manual orientador para elaboração do Plano Municipal de Educação de Ponta Porã e teóricos como: Haddad (2000); Di Pierro (2003). O estudo obedeceu á seguinte organização: No primeiro capítulo faz-se uma apresentação do caminho percorrido para escolha do objeto de estudo; o segundo capítulo trata dos conceitos e funções da EJA nas Diretrizes Curriculares Nacionais da EJA e o terceiro capítulo analisa a escolarização dos jovens e adultos. O estudo apontou que não existe prioridade para promover a escolarização dos jovens e adultos e que a política municipal é instável, carecendo de planejamento e incentivo a essa parcela da população.

Palavras chaves: Educação de Jovens e Adultos. Município. Políticas e Escolarização.

## **LISTA DE SIGLAS**

**EJA** – Educação de Jovens e Adultos

**PPI** – Projeto de Pesquisa Interdisciplinar

**TCC** – Trabalho de Conclusão de Curso

**FAP** – Faculdades de Ciências Administrativas de Ponta Porã

**PPP** – Projeto Político Pedagógico

**RCB** – Revista Ensino Superior

**LDB** – Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional

**CEB** – Câmara da Educação Básica

**INEP** – Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais

**IBGE** – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas

**SEMEPP** – Secretaria Municipal de Educação de Ponta Porã

**PME** – Plano Municipal de Educação

## LISTA DE TABELAS

TABELA 01 -- Levantamento de Alunos ex-frequetadores da EJA, matriculados na Faculdade Magsul – 2º semestre de 2011.....	14
TABELA 02 – Estabelecimentos de Ensino, por Dependência Administrativa,a etapa/ modalidade ministrada no ano de 2005.....	36
TABELA 03 – Salas de Aula segundo Dependência Administrativa por Etapa e Modalidade de Ensino – 2005.....	36
TABELA 04 – Salas de Aula segundo Dependência Administrativa por Etapa e Modalidade de Ensino – 2005.....	37
TABELA 05 – EJA - Matrícula Inicial por Dependência Administrativa - 1996 a 2005.....	37
TABELA 06 – Dados de Matrícula na EJA – Rede Municipal de P.Porã/MS - 2005.....	43
TABELA 07 - Dados de matrícula na EJA – Rede Municipal de P.Porã/MS 2006.....	43
TABELA 08 – Dados de matrícula na EJA – Rede Municipal de P.Porã/MS – 2007.....	44
TABELA 09 – Dados de matrícula na EJA – Rede Municipal de P.Porã/MS 2008.....	44
TABELA 10 – Dados de matrícula na EJA – Rede Municipal de P.Porã/MS 2009.....	44

TABELA 11 – Dados de Matrícula na EJA – Rede Municipal de P.Porã/MS 2010.....45

TABELA 12 - Dados de matrícula na EJA – Rede Municipal de P.Porã/MS 2011.....45

TABELA 13 - Dados de Matrícula na EJA – Rede Municipal de P.Porã/MS – Número de alunos por ano e por região 2005/2011.....45

## **LISTA DE FIGURAS**

01 - Mapa de Mato Grosso do Sul.....	26
02 - Cuia de Chimarrão.....	28

## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO.....</b>	<b>12</b>
<b>1 – O Caminho percorrido para a Descoberta do objeto de pesquisa.....</b>	<b>13</b>
1.1 – O encontro do Pesquisa com EJA.....	14
1.1.2 – A formação do Pedagogo e o conhecimento da realidade onde vive.....	25
1.1.3 – Dados Históricos e Geográficos e Culturais sobre Ponta Porã.....	25
1.1.4 – Origem .....	26
1.1.5 – Origem do nome Ponta Porã.....	27
<b>2. – Aspectos da Escolarização de Jovens e Adultos no Brasil.....</b>	<b>29</b>
2.1 – Aspectos Conceituais da EJA.....	29
2.1.1 – O Amparo legal e as funções da EJA.....	30
2.1.2 – Funções da EJA nas Diretrizes Curriculares Nacionais.....	31
<b>3. – Um olhar sobre a Escolarização de jovens e adultos na rede municipal de ensino de Ponta Porã.....</b>	<b>35</b>
3.1 – Organização da educação em Ponta Porã.. ..	36
3.1.2 – Dados Estatísticos da EJA nas escola da rede municipal de Ponta Porã/MS, período 2005-2011.....	38
3.1.3 Análise dos dados da EJA em Ponta Porã no período de 2005-2011.....	43
<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>	<b>47</b>
<b>REFERÊNCIAS.....</b>	<b>49</b>
<b>ANEXOS.....</b>	<b>51</b>

## INTRODUÇÃO

O trabalho a seguir é resultado de uma pesquisa de abordagem qualitativa que empregou a técnica de pesquisa bibliográfica e de campo. O objetivo foi o de investigar a política pública em relação à Educação de Jovens e Adultos, desenvolvida pela Secretaria Municipal de Educação (SEMEPP) na cidade de Ponta Porã. Registra-se que este estudo faz parte também do grupo de pesquisa da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, denominado Projeto de Pesquisa e extensão Centro Memória Viva do Centro Oeste, que envolve o levantamento de dados sobre documentação e referência em Educação de Jovens e Adultos, Educação Popular e Movimentos Sociais do Centro-Oeste, sendo uma pequena, mas significativa contribuição para formar o banco de dados em EJA na região centro-oeste.

Desta forma, buscou-se compreender o estudo através de documentos, relatos dos próprios funcionários da SEMEPP. Compreende-se que a pesquisa é importante para saber analisar e reconhecer os problemas de determinado segmento da educação. Reconhecendo o que diz Freire:

Fala-se hoje, com insistência, no professor pesquisador. No meu entender o que há de pesquisador não é uma qualidade ou uma forma de ser ou de atuar que se acrescente o de ensinar. Faz parte da natureza da prática docente a indagação, a busca, a pesquisa. O de que se precisa é que, em sua formação permanente, o professor se perceba e se assuma, porque professor, como pesquisador. (FREIRE, 2000, p. 29).

Mas toda essa busca se mostra como uma oportunidade, pois qualquer busca surge quando somos capazes de nos percebermos no mundo, e é em busca desse perceber-se que surgiu essa pesquisa que é resultado de uma curiosidade, pois concluiu-se o ensino médio na modalidade de EJA e a experiência foi muito boa, pois, possibilitou conhecer com mais profundidade sobre esse ensino. Sabe-se que essa modalidade de ensino atende o direito do jovem e adulto a estudar e vencer suas dificuldades do dia-a-dia, e atualmente ainda se encontra muitos jovens e adultos analfabetos que não puderam completar seus estudos na idade correta ou o tiveram de forma insuficiente e os motivos para isso são vários, dentre os quais o econômico e social, porém passam também pelos culturais e geográficos.

Segundo Haddad (2000), qualquer tentativa de historiar um universo tão plural de práticas formativas implicaria sério risco de fracasso, pois a educação de jovens e adultos, compreendida nessa acepção ampla, estende-se por quase todos os domínios da vida social.

E para tentar sanar essa questão foi implantado a Educação de Jovens e Adultos, que segundo as diretrizes curriculares nacionais tem como uma das funções de reparação, ou seja, restaurar um direito que foi negado: o direito a uma escola de qualidade, mas também o reconhecimento daquela igualdade ligada ao todo (mundo), e que é de todo e qualquer ser humano e não reconhece qualquer forma de discriminação ou preconceito baseado em origem, raça, sexo, cor, idade, religião entre outros.

Os indivíduos que cursam a EJA são pais de família, maridos, esposas, quase não têm lazer, muitas vezes são pessoas que contam com o básico para a sobrevivência, que saem de seu trabalho e vão diretamente para escola em busca de uma posição melhor no campo de trabalho, pois, sabem que sem estudo não se consegue quase nada hoje. De acordo com Jamil Cury (2000): “O educador da EJA precisa estar ciente dessas questões e que respeite, que seja crítico, reflexivo, transformador, que valorize culturas diferentes e reconheça, nelas, focos de força para o seu fazer pedagógico”.

Assim, o trabalho resultou em três Capítulos a seguir: O primeiro Capítulo fará uma interligação entre o tema com a disciplina de Projeto de Pesquisa Interdisciplinar (PPI) que fundamenta toda trajetória da acadêmica no curso até a escolha do tema do Trabalho de Conclusão de Curso (TCC).

O segundo Capítulo relata os aspectos legais e históricos, conceito e funções da EJA a partir das diretrizes curriculares nacionais. O terceiro Capítulo analisa os dados da escolarização de jovens e adultos em Ponta Porã, buscando responder a pergunta condutora que norteou o estudo: Como acontece a escolarização dos jovens adultos no município? Para tanto apresenta os dados oficiais da EJA na rede municipal de ensino de Ponta Porã, através das leituras confrontando com os depoimentos recolhidos pela acadêmica com os funcionários de Secretaria Municipal de Educação.

No terceiro capítulo apresenta-se os dados oficiais de educação de jovens e adultos, com intenção de analisar a política em relação a escolarização de jovens e adultos no município de Ponta Porã.

E para tentar sanar essa questão foi implantado a Educação de Jovens e Adultos, que segundo as diretrizes curriculares nacionais tem como uma das funções de reparação, ou seja, restaurar um direito que foi negado: o direito a uma escola de qualidade, mas também o reconhecimento daquela igualdade ligada ao todo (mundo), e que é de todo e qualquer ser humano e não reconhece qualquer forma de discriminação ou preconceito baseado em origem, raça, sexo, cor, idade, religião entre outros.

Os indivíduos que cursam a EJA são pais de família, maridos, esposas, quase não têm lazer, muitas vezes são pessoas que contam com o básico para a sobrevivência, que saem de seu trabalho e vão diretamente para escola em busca de uma posição melhor no campo de trabalho, pois, sabem que sem estudo não se consegue quase nada hoje. Desta forma, “a educação se apresenta, então, como uma situação de conhecimento e de intervenção do ser humano no mundo e uma forma de comunicação humana”. (OLIVEIRA, 2009, p.35). Por isso, é de suma importância a intervenção do educador no processo de ensino e aprendizagem, bem como, na adaptação dos educandos.

Assim, o trabalho resultou em três Capítulos a seguir: O primeiro Capítulo fará uma interligação entre o tema com a disciplina de Projeto de Pesquisa Interdisciplinar (PPI) que fundamenta toda trajetória da acadêmica no curso até a escolha do tema do Trabalho de Conclusão de Curso (TCC).

O segundo Capítulo relata os aspectos legais e históricos, conceito e funções da EJA a partir das diretrizes curriculares nacionais. O terceiro Capítulo analisa os dados da escolarização de jovens e adultos em Ponta Porã, buscando responder a pergunta condutora que norteou o estudo: Como acontece a escolarização dos jovens adultos no município? Para tanto apresenta os dados oficiais da EJA na rede municipal de ensino de Ponta Porã, através das leituras confrontando com os depoimentos recolhidos pela acadêmica com os funcionários de Secretaria Municipal de Educação.

No terceiro capítulo apresenta-se os dados oficiais de educação de jovens e adultos, com intenção de analisar a política em relação a escolarização de jovens e adultos no município de Ponta Porã.

## 1 O CAMINHO PERCORRIDO PARA A DESCOBERTA DO OBJETO DE PESQUISA

O objetivo deste Capítulo é apresentar o caminho percorrido para a definição do objeto de pesquisa fazendo uma interligação por meio dos estudos da disciplina Projeto de Pesquisa Interdisciplinar (PPI) com o tema da Educação de Jovens e Adultos. Ressalta-se que essa trajetória é que definiu o tema do Trabalho de Conclusão de Curso (TCC).

O ingresso no curso de Pedagogia das Faculdades Magsul no ano de 2008 foi marcante na formação desta pesquisadora, porque foi o momento dos primeiros contatos com uma matriz curricular muito diferente daquilo a que se está acostumado na educação básica, e possivelmente dos demais cursos superiores da região.

Na oportunidade, o contato com a interdisciplinaridade proposta pelo curso, propiciou a compreensão da multiculturalidade, bem como as múltiplas faces da educação formal. No período inicial do curso estudam-se as diversas disciplinas, responsáveis pela parte de fundamentação teórica que delineiam a formação do pedagogo para ser capaz de conviver com os desafios da educação em território identificado como “fronteira seca”, entre o Brasil e o Paraguai, que é o caso do município de Ponta Porã. Nos últimos semestres tem-se o contato com as disciplinas que envolvem mais de perto o pedagogo com o seu campo de atuação.

A característica de fronteira seca, já mencionada, é facilmente constatada quando se analisa as fichas de matrícula das escolas brasileiras nos diversos níveis da educação básica e superior. Para o desenvolvimento da presente pesquisa mereceu especial atenção a relação de matrícula do curso de Pedagogia cuja organização de turmas anuncia a origem dos alunos e a importância da realização de um trabalho especialmente voltado para a multiculturalidade, justificando a preocupação da instituição em relação aos conteúdos e, também em relação à escrita e leitura visto que a pronúncia e a ortografia decorrentes da proximidade com o Paraguai favorece o desenvolvimento do “portunhol”, expressão adotada localmente para identificar o português mesclado com o espanhol.

Por outro lado, ao mesmo tempo em que sentem os problemas decorrentes da linguagem, as instituições educacionais estão, também, cientes da riqueza decorrente da bagagem cultural que esta proximidade propicia e procuram aproveitar essa característica como elemento pedagógico, como é o caso das Faculdades Magsul.

Isto posto, importa registrar ainda, que muitos dos alunos do curso de pedagogia são oriundos do ensino fundamental e médio cursados na modalidade de Educação de Jovens e Adultos (EJA). Trata-se, portanto, de um grupo formado por jovens e adultos que, não tendo acesso à escola em idade própria, buscaram um caminho mais curto na busca da profissionalização propiciada pelo ensino superior.

A tabela abaixo bem pode demonstrar o índice de alunos matriculados no curso de Pedagogia no ano de 2011.

Curso de pedagogia	2º. semestre	4º. Semestre	6º. Semestre	8º. semestre	Total
Matr. Geral por sem.	44	43	31	16	134
EJA/fundamental	01	01	02	02	06
EJA/médio	05	05	07	03	20
EJA/total	06	06	09	05	26

Fonte: Elaboração própria a partir de entrevista realizada individualmente com acadêmicos durante o 2º. Semestre de 2011.

Tabela 01 - Levantamento de Alunos ex-frequetadores da EJA, matriculados na Faculdade Magsul – 2º semestre de 2011

Conforme é possível verificar o número de alunos matriculados no curso de pedagogia provenientes da EJA é significativo, justificando o interesse e a importância de pesquisa mais aprofundada sobre a modalidade. É importante destacar que o curso de pedagogia é que oferece a formação para os professores para a educação infantil e os anos iniciais do ensino fundamental no município.

### **1.1 O Encontro da Pesquisadora com a EJA**

A cada semestre, o estudo das diversas disciplinas foi possibilitando enxergar aspectos importantes do cenário da educação básica, os quais, normalmente, são pouco reconhecidos pelo cidadão comum, como é o caso da modalidade conhecida como Educação de Jovens e Adultos (EJA).

A seguir apresenta-se neste primeiro capítulo o relato da caminhada durante os oito semestres que compõem o curso de pedagogia. A idéia é mostrar a contribuição das disciplinas no sentido de tornar os acadêmicos aptos a compreenderem como acontece a educação para a qual estão sendo preparados. A escolha das disciplinas não foi aleatória, visto que selecionou-se apenas o grupo de disciplinas que de uma ou outra forma

influenciaram na escolha do tema dessa monografia, ou seja a Educação de Jovens e Adultos.

Inicia-se o relato pela História da Educação Brasileira, disciplina que orientou a realização de uma pesquisa de campo com idosos que habitam em Ponta Porã e que tiveram sua educação iniciada aqui na cidade e na fronteira.

Buscou-se três pessoas para a entrevista com o intuito de contar como foi a história de cada um na escola. Inicia-se desta forma as entrevistas nas quais serão estruturadas da seguinte maneira.

Denomina-se neste relato como: entrevistada 01, 02 e 03. A entrevistada 01, assim se posicionou: “deixou bem claro, que desde o começo os brancos não se misturavam com os negros, e que o ensino era muito rígido”.

A entrevistada 01, tem oitenta anos completos, mora em Ponta Porã há sessenta anos, estudou somente o primeiro ano, na escola Grupo Mendes Gonçalves e começou a freqüentar escola aos dezesseis anos. Até essa idade, ela não sabia ler e nem escrever, veio com uma tia para morar com sua madrinha para poder estudar, mas sua madrinha só lhe colocou para estudar por um ano. Estudava no período vespertino e em sua sala de aula havia meninos e meninas, tanto brancos quanto morenos, porém sua sala era dividida ao meio. Ficavam meninos de um lado e meninas do outro, tendo um professor para dar aula para os meninos e uma professora para dar aula para as meninas. Cada aluno tinha sua própria carteira. Os meninos tinham idade entre quatorze e dezoito anos e as meninas algumas tinham entre quinze e dezoito anos, o restante da turma tinha entre nove e treze anos, mas todos ficavam misturados

A entrevistada 02 tem cinquenta e sete anos e estudou até a antiga oitava série onde hoje se localiza o Corpo de Bombeiros de Ponta Porã. (antigo Colégio São Francisco). Os alunos ficavam todos misturados e eram séries juntas. A professora se dividia e dava algumas matérias para uns alunos e outra para outra turma. Ela estudava no período matutino e sua professora usava somente livros. Passava no quadro só matemática e português e fazia muitos ditados. Dava aulas para ensinar os meninos a serem bons homens e para as meninas a serem boas donas de casa e boas mães.

A entrevistada 03 tem sessenta anos e cursou apenas a sexta série. No colégio em Capão Bonito que ficava depois de Amambaí, estudou até a terceira série. Ficavam todos juntos e era uma professora para cada turma. Tinha alunos tanto brancos quanto morenos, e também paraguaios e brasileiros. Os bancos eram compridos junto com as mesinhas e sentavam de dois em dois com a sala separada, meninas de um lado e meninos do outro.

Durante a primeira série todos usavam cartilhas, e a partir da segunda série já começaram a usar livros e as turmas começaram a ser separadas por filas. A quarta série começou a fazer na cidade de Ponta Porã, na escola Ramiro Noronha, onde havia poucas salas. Estudava no período noturno, e havia um professor para cada turma e cada um tinha sua própria carteira e cadeira. Em sua sala não havia negros e nem qualquer outra raça. Só eram aceitos brasileiros ou paraguaios que falassem português, levava uma hora e meia para chegar a sua escola, pois não tinha um meio de transporte, tendo que ir a pé para sua escola.

Além das entrevistas 01 e 02 e 03, foi entrevistada também uma jovem com dezoito anos. A entrevista foi feita com a finalidade de avaliar e refletir sobre a educação de antes e de agora. A jovem entrevistada tem dezoito anos e estudou até a quarta série na cidade de Campo Grande na escola Maria de Lourdes Toledo Areias. No ano de 1999 veio morar em Ponta Porã. A quinta e a sexta Série fez na escola Lions Clube. A sétima e a oitava série cursou na escola Mendes Gonçalves e o ensino médio completou na escola Joaquim Murtinho, onde teve a oportunidade de tocar na fanfarra. Em 2007 cursou por um mês a faculdade de Pedagogia no modo virtual na Faculdade de Ciências Administrativas de Ponta Porã (FAP), Após esse período, fez vestibular de ciências Biológicas nas Faculdades Magsul, passou e fez apenas dois semestres vindo a trancar sua matrícula e assim desistindo do curso.

Ressalta-se a importância de conhecer um pouco da história dessas pessoas para conduzir a vontade de conhecer o ensino da EJA.

A disciplina Filosofia da Educação também ensinou a refletir sobre os problemas educacionais, a analisar a escola do passado quando os professores usavam muito a “decoreba”, o aluno não precisava entender a matéria, mas sim decorar para as provas, e que o modelo tradicional era a forma muito utilizada.

Cursar a disciplina de Psicologia do Desenvolvimento ensinou a como agir com as diferenças de personalidade e também as culturais que há nas salas de aula, mostrando que é essencial para o pedagogo, pois ajuda a compreender o modo de se comportar das pessoas, diante do multiculturalismo reinante na fronteira. Com as teorias de Vigotsky (2006), aprendeu-se que somos seres sócio-interacionista, ou melhor que aprendemos com o meio que vivemos.

A disciplina de Desenvolvimento da Escrita, ajuda na hora de compreender as diferentes formas de escrita, pois pode-se encontrar no caminho alunos de nacionalidades diferentes, de idades diferentes e com tempos diferentes de frequência à escola.

Com Dimensões Biológicas aprendeu-se que com um simples hábito de higiene se pode prevenir muitas doenças e assim passar para os alunos esses hábitos, pois cada cultura

tem seus hábitos, e também aprende-se que com uma boa alimentação podemos ter uma vida mais saudável, assim como a realização de exercícios físicos em nossa vida diária, e quanto mais cedo colocarmos nossa alimentação e o exercício melhor para nossa vida.

Na disciplina de Pesquisa em Educação aprendeu-se como fazer uma pesquisa, que o método de investigação é um procedimento para chegar ao objetivo desejado e com isso, o pedagogo deve se comportar de maneira cuidadosa diante das culturas existentes na fronteira, e deve-se estar atento a cada aluno em sala de aula, e com isso tentar ajudá-los e instruí-los de maneira coerente, respeitando sempre sua cultura, suas diferenças e aproveitando com isso para adquirir novos conhecimentos.

O estudo das diversas disciplinas do curso possibilitou uma melhor compreensão sobre a interdisciplinaridade e com a pesquisa interdisciplinar conhecer o pedagogo e os alunos que foram entrevistados, favorecendo uma visão mais clara do papel do pedagogo diante da multiculturalidade reinante na fronteira, bem como da história escolar dos entrevistados.

No 3º semestre, entre outras disciplinas, a de Fundamentos do Ensino Fundamental, ensinou o que é currículo, como os conteúdos devem ser aprendidos e ensinados, as experiências de aprendizagem escolares vivenciadas pelos alunos, jovens e adultos, os planos pedagógicos elaborados pelos professores, os objetivos a serem alcançados por meio do processo de ensino, os processos de avaliação que terminam por influir nos conteúdos e nos procedimentos selecionados nos diferentes graus de escolarização. Aprende-se que o currículo é o coração da escola, o espaço central em que todos atuam, tornando todos responsáveis na sua elaboração.

Sobre a alfabetização o professor é que é o intermediador desse desenvolvimento. O alfabetizado, sujeito da aprendizagem ao longo do processo, enquanto reflete, raciocina, levanta hipóteses, vai se apropriando do objeto do conhecimento, no caso, a língua escrita. Nessa relação, o professor é o estimulador, aquele que cria situações de convivência intensa entre a criança e a língua escrita, que questiona, cria conflitos, que leva a criança a pensar, a raciocinar. (VEIGA, 1991, p.100).

A disciplina Fundamentos da Educação de Jovens e Adultos, viu-se como é fantástico e ao mesmo tempo problemático a volta para os estudos, pois quando um adulto é matriculado ele procura a escola com a intenção de melhorar sua vida e ao chegar na sala da EJA ele se depara com muitos jovens, que vê na EJA um caminho mais curto para terminar os estudos, e esses jovens acabam muitas vezes atrapalhando esse adulto, pois estes precisam de um certo tempo, uma explicação mais simples, e os jovens muitas vezes ficam brincando, tirando sarro, tornando essa volta mais difícil. Em pesquisa prática realizada nas salas de EJA,

verificou-se o quanto os alunos valorizam o ensino e as aulas dos professores, o quanto essa clientela deseja superar o tempo perdido e também o quanto é difícil para eles essa volta à escola, pois nem sempre o currículo escolar atende as especificidades do aluno adulto e trabalhador.

A EJA precisa de profissionais especializados e bem instruídos, pois trabalhar com essa clientela é muito gratificante e ao mesmo tempo complexo, pois demanda um conhecimento mais específico em relação às necessidades do adulto que já tem larga experiência, fora do contexto escolar, no trabalho, na família e que por isso mesmo, tem que ser respeitado e valorizado.

A disciplina Educação como fator de Inclusão, exige muito dos profissionais das instituições e da comunidade, pois as deficiências estão em todas as partes, cabe a cada um de nós respeitarmos as diferenças, lutar pelos direitos do próximo e não ter medo de errar de pensar que não vai dar certo. Essa disciplina ajudou a compreender que todos tem condições de aprender que as portas devem se abrir para o diferente, nos fez ver como é bom e gratificante dar um pouquinho de cada um para o melhor momento que passamos perto, junto de uma pessoa ou criança, jovem ou adulto especial.

A diferença entre inclusão e de integração, é que é muito fácil por um aluno com deficiência em uma sala de aula, mas fazê-lo interar-se com a sala é outra história, precisa que o profissional seja insistente e não tenha medo de mudar.

A disciplina de Política Educacional Brasileira, mostrou como funciona uma escola, como é feito o Projeto Político Pedagógico (PPP) da escola, e como ele funciona, as funções do Diretor da escola, do colegiado e como é feito e para que serve o conselho das unidades escolares Estaduais, a gestão Escolar, e seu funcionamento.

Com a disciplina de Estágios Supervisionados I, houve a oportunidade de ir até as escolas para estar observando as salas de aulas, da educação infantil da educação fundamental, e a gestão de uma escola.

Essa disciplina foi de grande valia para todos, pois foi possível ver e vivenciar na prática o que então só tinha sido visto na teoria.

A disciplina de Projeto de Pesquisa Interdisciplinar possibilitou conhecimento sobre a história das escolas, por meio da pesquisa, fez com que todos fossem a fundo para descobrir onde estão atuando os pedagogos na região de fronteira, o que eles estão fazendo, quais as disciplinas que eles estão ministrando.

Na Disciplina Didática, Planejamento e Avaliação aprendeu-se como o professor deve organizar suas aulas, como o plano de aula é importante para o professor e para os

alunos. Um professor deve estar sempre utilizando métodos diversificados para que o processo de aprendizagem ocorra num todo, pois cada criança, cada jovem ou adulto tem uma maneira própria de aprender e é com a utilização desses métodos que o aluno tem oportunidade de receber o conhecimento que o professor quer repassar para o aluno. E para que ocorra o aprendizado o professor deve levar em conta três itens muito importantes na seleção dos métodos de ensino. 1. Objetivo imediato da aula; o conteúdo. 2. Conteúdos específicos e peculiares; situações didáticas. 3. Características dos alunos; nível de desenvolvimento. Portanto, a escolha dos métodos implica o conhecimento das características dos alunos quanto a capacidade de assimilação conforme idade e nível de desenvolvimento mental e físico e as características sócio-cultural e individuais de cada aluno.

Na disciplina de Organização e Gestão Pedagógica estudou-se a organização escolar como espaço de aprendizagem e compartilhamento de significados, de aprendizagens, conhecimento de ações entre as pessoas, que por sua vez exercem efeitos diretos na sala de aula. Aprendeu-se que a gestão de uma escola é de suma importância, pois através dela é que a escola vai ter total funcionamento e capacidade de estar organizada de forma que tudo esteja em total harmonia, para atender os alunos das diferentes etapas, níveis e modalidades de ensino.

A Disciplina Metodologia de Alfabetização apresentou a história dos métodos de alfabetização no Brasil e que a partir do século XIX, iniciaram-se as discussões sobre alfabetização no Brasil. Quando a alfabetização começou a ver as questões dos métodos de alfabetização, o método sintético, foi muito usado, com a formação das letras, sons, sílabas, no ensino da leitura e da escrita, foram usados também as cartilhas “ABC”.

Na Disciplina de Bases Sociológicas da EJA, foi possível aprender como o envelhecimento é visto no processo de aprendizagem, a adolescência e a educação e seus problemas no relacionamento professor, aluno e também como os métodos são usados, qual é a postura que o docente deve adotar ao estar com alunos de idade mais avançada, quais e como são os conteúdos que devem ser aplicados e explicados para a turma da EJA. Compreendeu-se o quanto é importante e satisfatório estar atuando na Educação de Jovens e Adultos, e entender como fazer para estimular o adulto para que ele não desista, pois para o adulto estar numa sala de aula é muito difícil, porque na maioria dos casos, o adulto trabalha o dia inteiro e o professor deve estar sempre motivando para que ele não desista.

Na Disciplina de Estágio Supervisionado II apresentou-se a oportunidade de praticar nas escolas da cidade, observando e atuando em algumas modalidades de ensino. Vê-se de

perto o que os professores ensinam na teoria e na prática, sendo um ótimo aprendizado para quem ainda está fora da sala de aula.

Na Disciplina de Projeto Interdisciplinariedade do 4º Semestre, a professora, faz a ligação entre as matérias, procura ver o que o pedagogo faz para melhorar o ensino de aprendizagem na fronteira, considerando-se a melhoria da qualidade do de vida e do ensino.

Aprende-se que a interdisciplinariedade é muito mais que um conjunto de disciplinas, pois é a libertação de modelos pré-determinados, é saber unir a arte com a ciência, e saber usar a utilidade do tempo; é uma relação entre pessoas, que começa a partir de um olhar, que pode ser um momento único de interação, um momento de aprendizagem.(....) a prática interdisciplinar, demanda de um intenso e responsável trabalho pedagógico. (JOSGRILBERT p.86, 2001)

As aulas de Literatura e Teatro também possibilitaram o trabalho com a multiculturalidade, pois o professor pode explorar as histórias para mostrar como vive cada população, e também contar histórias de como é maravilhoso descobrir e participar da cultura do outro. Com o teatro verificou-se como é difícil um ser humano se adaptar com a cultura do outro.

Na disciplina Educação e Currículos, vê-se a importância do pedagogo estando presente na hora de elaborar o Projeto Político Pedagógico, pois através dele o educador dispõe da importante exploração da multiculturalidade, pois é na escola que a criança se torna um cidadão que vê a cultura do outro como um modo de viver com algumas diferenças, e que jamais se deve expor a cultura do outro.

Aprende-se que o professor deve fazer com que seus alunos tenham de criar seus conhecimentos através da construção dele, que jamais devemos fazer com que os alunos decorem conteúdos, mas sim entendam como os conteúdos auxiliam na construção do conhecimento.

Educação e Currículos mostrou como era a relação da sociedade e escola e como os professores eram visto por seus alunos. Essa concepção ainda é bastante presente no cotidiano pedagógicos e social em geral; muitos entendem a docência como um chamamento missionário e apartada do mundo profissional. Não é incomum alunos perguntarem: “professor, o senhor não trabalha? Só dá aulas?”, com um misto de administração e estranheza. Também tem sido uma constante a rejeição a movimentos sindicais ou corporativos de educadores sob o pretexto do caráter vocacionado da prática do magistério que, por isso, deveria estar imune às interferências do campo material ou econômico. Afinal,

“as criancinhas não podem ficar abandonadas”... (CORTELA, Mario Sérgio, A Escola e o Conhecimento, ed. 9º, São Paulo, 2005).

Hoje em dia já é bem diferente, a maioria da sociedade sabe qual é a importância da escola e principalmente do professor, já se sabe que o professor trabalha muito para fazer seu serviço, e que o mesmo é importante para transformar a sociedade.

A disciplina de Metodologia de Ensino das Artes ensina que a arte também pode ser usada para valorizar a cultura do outro, mostrando para nossos alunos que o que é para nós uma simples dança por exemplo, para o outro é uma maneira de evidenciar para a sociedade suas crenças, valores e outras expressões culturais.

A disciplina Educação Matemática para Crianças, Jovens e Adultos, nos mostrou que matemática não é só fórmulas enormes. Vimos que o professor de matemática deve ter métodos diferenciados para explicar a matéria, pois, em cada turma de alunos, quase sempre há alunos que não vão aprender com um único modo de explicar e o professor deve usar métodos e recursos diferenciados de modo que ele consiga sozinho desenvolver as atividades propostas para seu nível de aprendizado.

Em alguns casos depara-se com pessoas que são analfabetos ou semi-analfabetos que conseguem resolver problemas, contas sem precisar de nenhum recurso, por exemplo um pedreiro com pouca escolaridade, ao entrar numa peça, ele sabe de cabeça de quantos azulejos vai precisar para cobrir as paredes. O professor de matemática deve propor e trazer para sala de aula matéria e recursos para possibilitar melhor aprendizagem aos seus alunos.

Pode-se dizer que professor é aquele profissional que possui capacidade de diálogo com a realidade, está orientado a descobrir, criar sem perder a visão da ação docente e ainda que seja socializado de conhecimentos estimulando os alunos a criar hábitos de pesquisa em seu aprendizado. Em outras palavras, o educador deve explicar bem o conteúdo de sua aula, para que os alunos obtenham maior interesse e atenção, instigando a visão crítica e o ato pesquisador.

E é através do estágio que se vê como é forte a multiculturalidade dentro de nossas escolas, como existem diferenças em todas as situações de classe, gênero, idade e como é importante o professor valorizar e orientar seus alunos, mostrando que a diferença existe em todos os lugares e que esses aspectos são importantes para o ser humano viver, aprender e crescer culturalmente com o outro.

A disciplina de Educação Inclusiva ensinou que o professor deve estar preparado, ou ir atrás de recursos para fazer com que o aluno seja incluído e acolhido dentro da escola, principalmente dentro da sala de aula. A criança com deficiência deve ser trabalhada e até

mesmo ser estudada, pois só assim o professor fará com que essa criança se desenvolva e faça o aprendizado caminhar junto, e que cada aula renda para ela.

E como a região é de fronteiras, inclusão se torna bem mais difícil, pois as crianças de outra região como o Paraguai vem para as escolas Brasileiras, e por morarem num país onde se fala outra língua, o professor também é como um interprete, pois além de trabalhar com os conteúdos ele deve fazer com que essa criança se sinta acolhida nesse país e que o principal entenda o que se está sendo dito em sala de aula.

A disciplina de Língua Portuguesa para Crianças, Jovens e Adultos, ensinou como é importante o planejamento do professor, principalmente no processo de alfabetização dos alunos, jovens e adultos e que é importante as músicas cantadas em sala de aula para que a criança crie rotinas, como, chegar em sala de aula, fazer a oração do dia, cantar as músicas, para então entrar no conteúdo e nas atividades, e também é importante contar histórias pois ao contar a histórias faz-se com que a criança tenha noção de começo, meio e fim, e que faça através da oralidade, relações, como quem é a mocinha, o que aconteceu; e o professor ao fazer essas atividades, já esta ensinando o aluno a fazer produções de texto, criando histórias com sentidos.

Com a disciplina de Projeto Interdisciplinar, foram detalhados os caminhos para fazer a inter-relação entre todas as disciplinas compreender a multiculturalidade e educação, e, através dela e das explicações da professora, foram sendo apresentados aos acadêmicos que a multiculturalidade está presente em todos os lugares e principalmente nas escolas, e é na escola que os, futuros pedagogos trabalharão para que as etnias presentes se conheçam, e que não haja mais diferenças e rivalidades de que a sua cultura é inferior a minha.

No sexto semestre na disciplina de Estatística Aplicada á Educação estudou-se a evasão escolar nas universidades públicas e privadas.

Segundo RCB<sup>1</sup>(2010, p. 26).

Mesmo com os programas de financiamentos estudantis, a falta de uma política para manter esse aluno de baixa renda na universidade, além da dificuldade de acompanhamento que esse jovem encontra, provocada pela deficiência no ensino básico, são alguns dos fatores que contribuem para o crescimento da evasão.

Mas existem outros fatores que contribuem para que esse problema persista como a falta de informações sobre os cursos e a dificuldade de auxiliar o horário de trabalho e as aulas. Neste caso o papel do pedagogo para melhorar a qualidade da educação é dar mais apoio ao aluno no ensino médio, estimulando a leitura durante os três anos de estudo para que

---

<sup>11</sup> RCB. Revista Ensino Superior. Ano 12, nº 142. Julho de 2010.

quando esse aluno chegar no ensino superior ele possa acompanhar as aulas com mais facilidade e evitar que ele passe a desistir depois.

No sexto semestre a disciplina de geografia para Crianças, Jovens e Adultos, ajudou a compreender o ensino dos jovens e adultos a partir da concepção de que o conhecimento pode ser usado tanto como instrumento de dominação ou de libertação. Pois, segundo Vesentine (p.16.1998):

O sistema escolar moderno não surgiu por acaso e muito menos foi pensado e iniciado a partir de baixo, dos interesses dos dominadores ou excluídos. Ele foi construído por cima, pelo Estado instrumentalizado pela burguesia que se tornava a classe hegemônica, seja na forma clássica do empresariado, seja na forma das burocracias de estado centralizado. O sistema escolar, portanto é funcional e até estratégico para a reprodução da sociedade capitalista ou moderna. A importância da escola (...) é visível. Ela instrui novas gerações ( ou até velhas, como nos dias atuais com a expansão da reciclagem das pessoas e profissões), adaptando-as ou assimilando-as às instituições, hábitos e valores da sociedade (...).

Mas, a escola não é apenas instituição indispensável para a reprodução do sistema, ela é também um instrumento de libertação e contribui em maior ou menor escala, dependendo de suas especificidades para desenvolver o raciocínio, a criatividade, e o pensamento crítico das pessoas, sem os quais não se constrói qualquer projeto de libertação, individual ou coletivo (VESENTINE, 1998).

De maneira geral, cabe ao educador tornar seu aluno um indivíduo livre ou não. É a partir de seus conteúdos, de suas falas que o aluno entenderá que o indivíduo deve adaptar-se à mudança para entender sua realidade. Nesse caso, o jovem e o adulto, também como expressava Paulo Freire (1990), devem apreender o conhecimento como forma de libertação, a libertação no caso da opressão.

Na disciplina de Projetos em Educação, estuda-se que uma das maneiras de fazer com que o aluno aprenda de forma espontânea é com projetos. Pois, ela estimula a pesquisa e faz com que o aluno busque as informações que lhe são necessários. De acordo com Chaves (2000):

Muito diferente seria a escola que se preocupasse com o desenvolvimento ou competências e habilidades básicas do aluno, através de projetos interdisciplinares centradas na resolução de problemas levantados pelos alunos ou projetos centrados nos sonhos dos alunos, naquilo que eles têm desejo de aprender (CHAVES; S/P<sup>2</sup> ).

Então, trabalhar com projetos exige do aluno, jovem e adulto, atenção, responsabilidade e compromisso. Esse tipo de habilidade, que o sujeito usará durante toda sua

---

<sup>2</sup> Acesso em [4pilares.net/text-cont/chaves-projetos.htm](http://4pilares.net/text-cont/chaves-projetos.htm) acessado em 10/2011.

vida, não será aprendida com conteúdos curriculares. Desse modo, a função do professor é acompanhar e auxiliar seu aluno durante o processo de elaboração do projeto.

A disciplina de História para Crianças, Jovens e Adultos, explicou como o professor deve trabalhar o autoconhecimento com o aluno, pois é a partir do estudo da história, revendo suas origens que o aluno vai se conhecer. Segundo HELLER (1985) diz que:

A vida cotidiana é a vida do homem inteiro; ou seja, o homem participa na vida cotidiana com todos os aspectos de sua individualidade, de sua personalidade. Nela, colocam-se em funcionamento todos os seus sentidos, todas as suas capacidades intelectuais, suas habilidades manipulativas, seus sentimentos, paixões, idéias, ideologias. (...)

Repetimos: a vida cotidiana não é alienada necessariamente, em consequência de sua estrutura, mas apenas em determinadas circunstâncias sociais (HELLER, 1985, p.17).

Observa-se que o ensino com a memorização faz com que o estudo fique pesado. O educador deve se preocupar em chegar à realidade de seus alunos e mudar suas metodologias, dependendo do seu grupo de alunos, sejam eles crianças, jovens ou adultos.

### 1.1.2 A Formação do Pedagogo e o Conhecimento da Realidade Onde Vive

Quando se pensa em formar professores é preciso ter em mente qual a cultura da região e, no caso de Ponta Porã, é preciso lembrar, antes de mais nada da característica de fronteira seca, já mencionada. Qualquer curso ao abrir suas inscrições deverá ter muito claro que a relação de alunos matriculados vai apresentar as duas nacionalidades. Assim também o curso de pedagogia, ao organizar suas turmas, imediatamente percebe a multiculturalidade, e por isso, a instituição deve estar sempre atenta para o aproveitamento das diversas influências e para a organização do quadro curricular; e, principalmente para os problemas decorrentes da escrita e leitura de seus alunos, muitos deles oriundos do Ensino Fundamental, desenvolvido na modalidade EJA.

Esta situação é mais acentuada, por se tratar de uma clientela formada por jovens e adultos que não tiveram acesso à escola em idade própria por diversas razões e, por isso, já trazem na sua bagagem cultural, aspectos da linguagem local, o “portunhol”, onde se mistura o português com o espanhol.

Para melhor compreender a formação necessária para um pedagogo nessa região de fronteira é preciso conhecer um pouco a história da fronteira, a qual se confunde com a história de Ponta Porã e assim, compreender também o lugar de vivência dos jovens e adultos que buscam a escola.

### 1.1.3 Dados Históricos e Geográficos e Culturais sobre Ponta Porã

O Território do município de Ponta Porã está localizado ao sul do estado de Mato Grosso do Sul, na Região Centro-Oeste do Brasil, este município faz divisa com a cidade de Pedro Juan Caballero no país vizinho, Paraguai. A localização geográfica do município fica entre os paralelos 21° e 23°, com latitude sul; 23°, 32', 30", Longitude Oeste; 55°, 37', 30". Faz divisa ao norte com Antônio João, Bela Vista, Jardim e Guia Lopes da Laguna; ao sul com Aral Moreira e Laguna Carapã; ao leste com Dourados e Maracaju e ao oeste com a República do Paraguai.

Observa-se que essa divisa faz com que o pedagogo tenha em sua sala de aula muitas culturas diferenciadas, e por isso deve estar sempre atento aos conteúdos, e principalmente na escrita e na leitura de seus alunos.



Fonte: [www.wikipédia.org/wiki/pontapora](http://www.wikipédia.org/wiki/pontapora)  
Figura nº 1 Mapa de Mato Grosso do Sul

O mapa mostra claramente a divisa entre Mato Grosso do Sul e o Paraguai, entre as cidades de Ponta Porã e Pedro Juan Cavalhero.

### 1.1.4 Origem

A origem de Ponta Porã começa com a formação de um povoado denominado inicialmente Punta Porá, que surgiu dentre os campos de Erva-Mate. Antes da Guerra do Paraguai, Ponta Porã era apenas uma região deserta, habitada somente por algumas tribos de

índios, como os Nhandevas e os Caiuás, descendentes do povo Guarani, que viviam em harmonia com a natureza, caçavam, coletavam frutos e pescavam, além do cultivo de pequenas roças. A região era também local de parada de carreteiros que faziam o transporte de erva-mate.

Em 1777 uma expedição militar (grupo de homens) chegou a esta região, tendo como objetivo, explorar o solo. Em 1862 chegou o grupo do tenente militar Antônio João Ribeiro que se fixou na cabeceira do rio Dourados (onde hoje é o município de Antônio João) e fundaram ali a Colônia Militar dos Dourados. Em 1864, época da Guerra da Tríplice Aliança, a Colônia Militar dos Dourados foi destruída pelos paraguaios, onde veio a falecer o tenente Antônio João Ribeiro. (QUINTAS, M.R.J.2006. p.18).

Em 1880 chega na região o senhor Nazareth, um militar que vem com a missão de comandante e ergue seu acampamento junto a lagoa do Paraguai, onde hoje é a cidade de Pedro Juan Caballero. Em 1882 Tomás Laranjeiras já explora e industrializa a erva-mate em Ponta Porã e exporta para Argentina. Em 1892 chegou ali a Guarnição da Colônia Militar de Dourados para proteger a região. Nesse mesmo ano Ponta Porã começa a tomar seus primeiros impulsos de progresso econômico, com a chegada até ali de muitos migrantes gaúchos, que vieram com a finalidade de praticar a agropecuária. Em 1897 é criado o primeiro destacamento Policial em Ponta Porã e nomeado como Comandante o Senhor Nazareth. Em 1900 Ponta Porã torna-se Distrito de Bela Vista. Em 18 de julho de 1912 foi criado o Município de Ponta Porã, deixando de ser distrito de Bela Vista. (QUINTAS, M.R.J.2006. p.19).

No ano seguinte foi instalado o município e toma posse seu primeiro Prefeito, Ponciano de Matos Pereira. Em 1915 o Governador do Estado de Mato Grosso, Caetano de Albuquerque eleva o município de Ponta Porã para a categoria de comarca no ano seguinte, 1916 toma posse o primeiro Juiz de Direito da Comarca de Ponta Porã, Possidônio de Souza Guimarães e o Primeiro Promotor é Henrique Carlos Guatemozim.

Em 1919 é criado em Ponta Porã o 11º RC (Regimento de Cavalaria) e instalado no ano seguinte, sendo seu primeiro Comandante o Capitão Hipólito Paes Campos. Em 1943, o Presidente Getúlio Vargas cria o Território Federal de Ponta Porã, tendo como capital a cidade de Ponta Porã e formado também por outros municípios vizinhos. Em 1946 o território é extinto. Em 1977 é criado o estado de Mato Grosso do Sul, a qual Ponta Porã faz parte atualmente. (QUINTAS, M.R.J.2006. p.21).

### 1.1.5 Origem do nome Ponta Porã

Antes de chamar Ponta Porã, a cidade e toda a região de Pedro Juan Cabalhero era chamada de Punta Porá. A Serra e alguns capões de mata que aqui existiam, davam aspecto de beleza ao lugar, que passou a ser denominado de Ponta Porã, que quer dizer Ponta Bonita e mais tarde com a chegada dos colonizadores passou a ser denominada de Ponta Porá. Assim a origem do nome Ponta Porá, está ligada às três culturas: guarani, espanhola e portuguesa. Da proximidade das três culturas resultaram alguns dos costumes que a população procura representar nas praças públicas



Fonte: [www.org/wiki/pontapora](http://www.org/wiki/pontapora)  
Figura 2 - Cuia de Chimarrão

A erva-mate é uma bebida típica da região de fronteira, seja quente como o chimarrão gaúcho, ou gelado, chamado terere, paraguai, bebida muito utilizada na época da guerra.

Avalia-se que a exposição dos aspectos culturais e geográficos do município, bem como toda a caminhada no curso de pedagogia, os conteúdos das diversas disciplinas foram determinantes na escolha deste tema de pesquisa. A matriz curricular do curso abre um leque muito grande de opções para a formação profissional, dentre essas opções encontra-se o ensino da EJA, que tradicionalmente na história da educação sofreu avanços, retrocessos e rupturas. Assim, o próximo Capítulo irá tratar um pouco dos conceitos e histórico da EJA .

## **2. ASPECTOS DA ESCOLARIZAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS NO BRASIL**

Este Capítulo tem o objetivo de conhecer o desenvolvimento da escolarização de jovens e adultos no Brasil. Para atingir esse objetivo faz-se um estudo sobre o conceito da Educação de Jovens e Adultos (EJA), os aspectos legais da oferta desse ensino e as funções expressas nas diretrizes curriculares nacionais.

### **2.1 Aspectos conceituais da EJA**

De acordo com a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional 9394/1996 (LDBN), a Educação de Jovens e Adultos (EJA), faz parte de uma das modalidades da Educação Básica e compõe a fases correspondentes ao ensino fundamental e médio. Essa modalidade de ensino é destinada aos jovens e adultos que não completaram os anos da sua escolarização em idade apropriada e deverão usufruir de uma especificidade própria no que diz respeito ao currículo, atendendo-se às necessidades do aluno trabalhador.

Essa etapa da educação se propõe a atender a um público ao qual foi negado o direito à educação durante a infância e/ou adolescência seja pela oferta irregular de vagas, seja pelas inadequações do sistema de ensino ou pelas condições socioeconômicas desfavoráveis.

Assim, a EJA representa uma possibilidade que pode contribuir para efetivar um caminho e desenvolvimento das pessoas de idade em especial mais avançada. Planejar esse processo é uma grande responsabilidade social e educacional.

Sendo a educação um direito de todos é necessário o seu desenvolvimento, devendo o estado e município oferecer essa modalidade àqueles que por algum motivo ou falta de oportunidade não conseguiram estudar em idade própria e essa educação deve ser continuada para possibilitar aos indivíduos novas inserções no mundo pessoal e do trabalho.

Sendo assim, compreende-se que a educação deverá possibilitar ao indivíduo jovem e adulto retomar seu potencial, desenvolver suas habilidades, confirmar competências adquiridas na educação extra-escolar e na própria vida, com vistas a um nível técnico e profissional mais qualificado.

Segundo PINTO (2003) cabe ressaltar que:

O educando adulto é antes de tudo um membro atuante da sociedade. Não apenas por ser um trabalhador, e sim, pelo conjunto de ações que exerce sobre um círculo de existência. O adulto analfabeto é um elemento frequentemente de alta influência na comunidade. Por isso é que se faz tão impecioso e lucrativo instruí-lo.(PINTO, 2003, p.83).

Sendo assim, é de extrema importância a qualificação dos alunos para suas futuras profissões, tendo como relevância seu desenvolvimento pleno como cidadão digno de direito e de habilidades e competências a usufruir perante a sociedade em que vive.

### **2.1.10 amparo legal e as funções da EJA**

No aspecto legal, a Constituição Federal de 1988, estabelece o direito de educação para todos e também os princípios de democratização do ensino bem como a erradicação do analfabetismo. Consta no artigo 205 que:

A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho.

Verifica-se da Constituição a garantia do direito de educação para todos, entendendo-se aí a extensão aos jovens e adultos, visando também o desenvolvimento pessoal e exercício da cidadania.

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBN) 9394/96, regulamenta o que está na Constituição e trata da EJA nos artigos 37 e 38. O artigo 37, assim estabelece:

Art.37 – A educação de jovens e adultos será destinada àqueles que não tiveram acesso ou continuidade de estudos no ensino fundamental e médio na idade própria. §1º Os sistemas de ensino assegurarão gratuitamente aos jovens e adultos, que não puderam efetuar os estudos em idade regular, oportunidades educacionais apropriadas, consideradas as características do alunado, seus interesses, condições de vida e de trabalho, mediante cursos e exames. §2º O Poder Público viabilizará e estimulará o acesso e a permanência do trabalhador na escola, mediante ações integradoras e complementares entre si.

Verifica-se que a LDB estabelece que aos sistemas de ensino cabe assegurar gratuitamente aos jovens e adultos, que não puderam efetuar os estudos na idade regular, oportunidades educacionais apropriadas, considerando as características do aluno, seus

interesses, condições de vida e de trabalho. Também cabe a esses sistemas de ensino, viabilizar e estimular o acesso e a permanência do trabalhador na escola, mediante ações integradas e complementares entre os diversos setores das esferas públicas. Em relação ao artigo 38, regulamenta que:

Os sistemas de ensino manterão cursos da EJA exames supletivos. Tais cursos tanto podem ser no âmbito da oferta de educação regular para jovens e adultos (art. 4º, VII), quanto no de oportunidades apropriadas... mediante cursos (regulares) e exames (supletivos) (art. 37, §, 1º). Tais cursos e exames, de acordo com a Lei e as diretrizes, deverão atender à base comum nacional e possibilitar o prosseguimento de estudos... Após a assinalação das novas faixas etárias, o § 2º do artigo prevê que as práticas de vida, os conhecimentos e habilidades dos destinatários da EJA serão aferidos e reconhecidos mediante exames.

Conforme pode-se analisar os cursos da EJA e os exames supletivos devem ser permanentes e serão contínuos. E com as novas faixas etárias que foram inseridas para ingressar no curso para possibilitar os jovens e adultos ter o nível de escolaridade elevado e aprovado através desses exames que facilitam suas necessidades, observa-se que essa clientela conclui sua escolaridade de forma mais rápida sendo os exames supletivos o caminho mais curto a ser percorrido. Entretanto há que se refletir sobre a qualidade do ensino oferecido. É possível garantir que o acesso a base nacional comum de conteúdos seja garantida a esses jovens e adultos que buscam na EJA uma escolarização que atenda suas necessidades de trabalhador?

O próximo item irá discutir um pouco sobre as funções da EJA em consonância com as Diretrizes Curriculares Nacionais.

### 2.1.2 Funções da EJA nas diretrizes Curriculares Nacionais

Considerando-se as alterações do funcionamento da Educação de jovens e Adultos a partir das orientações dadas pela LDB 9394/96, em que a EJA passa a se constituir como uma das modalidades da Educação Básica nas etapas do Ensino Fundamental e Médio, usufruindo de uma especificidade própria, cujo desenvolvimento mereceria uma forma diferenciada de desenvolvimento, os órgãos oficiais da educação representados pelo MEC e por meio de sua Coordenadoria de Educação de Jovens e Adultos (COEJA), entidades e instituições que discutem a EJA, perceberam a necessidade formular por meio da Câmara da Educação Básica (CEB), as Diretrizes Curriculares Nacionais para esse ensino.

Assim, a CEB indicou o relator Conselheiro Carlos Roberto Jamil Cury para realizar o relatório que se consitiu nas DCNEJA, aprovado pelo Parecer CEB n. 11/2000 aprovado em 10.05.2000. Esse documento discute sobre os conceitos e as funções voltadas a EJA, deixando de denominar-se como os antigos cursos supletivos. A partir das dúvidas e dos questionamentos o parecer veio trazendo nas diretrizes da EJA orientações teóricas e metodológicas de suma importância para os sistemas de ensino e os seus estabelecimentos que oferecem a modalidade para jovens e adultos.

De acordo com as Diretrizes Curriculares Nacionais, a EJA:

a Educação de Jovens e Adultos (EJA) representa uma dívida social não reparada para com os que não tiveram acesso a e nem domínio da escrita e leitura como bens sociais, na escola ou fora dela, e tenham sido a força de trabalho empregada na constituição de riquezas e na elevação de obras públicas. Ser privado deste acesso é, de fato, a perda de um instrumento imprescindível para uma presença significativa na convivência social contemporânea. Esta observação faz lembrar que a ausência da escolarização não pode e nem deve justificar uma visão preconceituosa do analfabeto ou iletrado como inculto ou "vacionado" apenas para tarefas e funções "desqualificadas" nos segmentos de mercado.

Assim, verifica-se que o adulto mesmo que sem oportunidade de frequentar a escola, apresenta uma variedade de experiências trazidas da sua vida construída pelo trabalho que ajudou a produzir a riqueza empregada nas obras públicas. Faz-nos refletir que as tarefas e funções exigidas pelo mercado de trabalho poderiam ser aliadas a uma melhor qualificação que capacite esse jovens e adultos com uma formação melhor. As diretrizes justificam que essa situação de exclusão dos jovens e adultos tem:

Suas raízes são de ordem histórico-social. No Brasil, esta realidade resulta do caráter subalterno atribuído pelas elites dirigentes à educação escolar de negros escravizados, índios reduzidos, caboclos migrantes e trabalhadores braçais, entre outros. Impedidos da plena cidadania, os descendentes destes grupos ainda hoje sofrem as conseqüências desta realidade histórica. Disto nos dão prova as inúmeras estatísticas oficiais. A rigor, estes segmentos sociais, com especial razão negros e índios, não eram considerados como titulares do registro maior da modernidade: uma igualdade que não reconhece qualquer forma de discriminação e de preconceito com base em origem, raça, sexo, cor idade, religião e sangue entre outros. Fazer a reparação desta realidade, dívida inscrita em nossa história social e na vida de tantos indivíduos, é um imperativo e um dos fins da EJA porque reconhece o advento para todos deste princípio de igualdade (Parecer - CNB/CEB 11/2000).

Observa-se que as DCNEJA reconhecem a situação diferenciada em que ao longo da vida escolar os jovens e adultos foram submetidos, fruto das relações diferenciadas entre as camadas sociais no Brasil. Essa situação implica em verificação daquilo que foi negado em

termos de direitos humanos e de cidadania. Sendo assim, uma das funções da EJA, recomendadas nas DCNEJA é a função reparadora, que assim está expresso:

Função reparadora da EJA, no limite, significa não só a entrada no circuito dos direitos civis pela restauração de um direito negado: o direito a uma escola de qualidade, mas também o reconhecimento daquela igualdade ontológica de todo e qualquer ser humano. Desta negação, evidente na história brasileira, resulta uma perda: o acesso a um bem real, social e simbolicamente importante. Logo, não se deve confundir a noção de reparação com a de suprimento (Parecer - CNB/CEB 11/2000).

É importante reafirmar o que diz esse trecho que o direito à educação é de todos e a perda do direito constitui-se em algo a ser reparado socialmente. Sendo assim, verifica-se que a função reparadora da EJA é no sentido de repor algo que foi desprovido a essas pessoas e de acordo com o Parecer não pode ser confundido com suprimento. Dessa forma além do direito à educação, o Parecer ressalta também nessa função reparadora a oferta de uma escola de qualidade.

A outra função da EJA, citados nas DCN é a função equalizadora, que assim expressa:

Vai dar cobertura a trabalhadores e a tantos outros segmentos sociais como donas de casa, migrantes, aposentados e encarcerados. A reentrada no sistema educacional dos que tiveram uma interrupção forçada seja pela repetência ou pela evasão, seja pelas desiguais oportunidades de permanência ou outras condições adversas, deve ser saudada como uma reparação corretiva, ainda que tardia, de estruturas arcaicas, possibilitando aos indivíduos novas inserções no mundo do trabalho, na vida social, nos espaços da estética e na abertura dos canais de participação. Para tanto, são necessárias mais vagas para estes "novos" alunos e "novas" alunas, demandantes de uma nova oportunidade de equalização (Parecer - CNB/CEB 11/2000).

Essa função tem o objetivo de igualar as oportunidades, principalmente daqueles mais atingidos pela falta que o estudo faz na vida das pessoas, pois essa função deverá ajudar o indivíduo a melhorar as condições de acesso aos bens produzidos pela humanidade e ter um desenvolvimento no seu processo, no trabalho e na vida em sociedade.

A outra função citada nas DCNEJA é a função permanente, com o objetivo de manter o indivíduo ativo e envolvido com os conhecimentos que só se tem através da educação. Assim citado no Parecer:

Função permanente da EJA que pode se chamar de qualificadora. Mais do que uma função, ela é o próprio sentido da EJA. Ela tem como base o caráter incompleto do ser humano cujo potencial de desenvolvimento e de adequação pode se atualizar em quadros escolares ou não escolares. Mais do que nunca, ela é um apelo para a educação permanente e criação de uma sociedade educada para o universalismo, a solidariedade, a igualdade e a diversidade (Parecer - CNB/CEB 11/2000).

Conforme o Parecer CNB/CEB 11/2000, observa-se o verdadeiro direito negado para a educação de jovens e adultos, direitos esses que têm como trazer esses cidadãos para a vida ativa, bem como, para o contínuo exercício da escolarização, ou mesmo, para seu início e a emancipação de cidadãos críticos perante a sociedade.

Desta forma, apresenta-se o próximo capítulo, em que se irá tratar sobre a escolarização de jovens e adultos na rede municipal de ensino, em Ponta Porã, bem como compreender seus processos de funcionamento.

### **3 UM OLHAR SOBRE A ESCOLARIZAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS NA REDE MUNICIPAL DE ENSINO DE PONTA PORÃ**

Este Capítulo tem o objetivo de analisar o resultado do estudo de caso realizado na escolarização de jovens e adultos na rede municipal de ensino de Ponta Porã, no período de 2005 a 2011. A pesquisa se baseou em documentos oficiais colhidos nos sites do Ministério da Educação (MEC), em dados fornecidos pela Secretaria Municipal de Educação (SEMEPP), além de entrevistas com os técnicos desse mesmo órgão e no Manual Orientador para Elaboração do Plano Municipal de Educação, documento elaborado pela assessoria técnica da SEMEPP.

Observou-se durante a coleta de dados referentes à matrícula, em que pese a boa vontade dos funcionários da secretaria, que as informações locais e aquelas constantes no Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais (INEP) apresentam algumas discrepâncias, decorrentes, conforme explicou o funcionário da SEMEPP, da data em que são coletados os dados do censo até a última quarta-feira do mês de maio e da data das atas finais pela SEMEPP, as quais são emitidas sempre ao final do ano. Por outro lado, a SEMEPP informa ainda que após o envio dos dados do censo, as salas de Educação de jovens e adultos (EJA) continuam a receber alunos durante todo o período das aulas. Além disso, vale salientar que o ano de 2005 é atípico, considerando que o Decreto nº 1496 que estabelece o prazo do censo (4ª semana do mês de maio de cada ano), somente foi publicado em 06 de dezembro de 2005.

Assim sendo, para evitar possíveis dissensos optou-se pela utilização dos dados do órgão federal e somente foram utilizados os dados locais em caso de inexistência dos mesmos no site do INEP.

Isto posto, deve-se considerar que as informações colhidas e publicadas abaixo representam a forma como tem se materializado a política municipal no âmbito da educação de jovens e adultos na rede municipal de ensino de Ponta Porã, em termos de estatística educacional e do número de salas de aula, docentes envolvidos e alunos inscritos na tarefa denominada Educação de Jovens e Adultos.

### 3.1 Organização da Educação em Ponta Porã

De acordo com o Manual Orientador para elaboração do Plano municipal de educação de Ponta Porã, os dados educacionais do município de Ponta Porã que aqui serão registrados se referem ao período entre 1996 e 2005 e serão complementados com os dados atuais, visando a análise da evolução dessa modalidade na rede municipal. Abaixo a tabela 01, mostra o número de estabelecimentos de ensino.

Estabelecimentos de ensino/ níveis e modalidades	Dependência Administrativa				
	Total	Municipal	Estadual	Federal	Privada
Educação Infantil	30	19	-	-	11
Ensino Fundamental	43	23	11	-	09
Ensino Médio	14	-	10	-	04
Ensino Fundamental e Médio	23	-	10	-	13
Educação Especial *	07	03	03	-	01
Educação de Jovens e Adultos	16	06	09	-	01
Educação Prof. e Tecnológica	01	-	-	-	01
Educação Indígena	02	02	-	-	-
Educação Superior **	04	-	01	-	03

Fonte: Manual Orientador para elaboração do Plano Municipal de Educação de Ponta Porã

Tabela 01 - Estabelecimentos de Ensino, por Dependência Administrativa a etapa/ modalidade ministrada no ano de 2005

Dependênc Administra- Tiva	Creche 0 – 3	Pré - Esc. 4 a 6	Ensino Fundam- ental	Ens. Médio	Ed. Espec.	EJA	Ed. Super.	Total	%
Municipal	11	35	309	-	03	16	-	374	39,83
Estadual	-	-	246	85	04	61	14	410	43,67
Privada	12	29	70	07	-	-	37	155	16,5
Total	23	64	625	92	07	77	51	939	100
%	2,45	6,81	66,56	9,79	0,75	8,2	5,44	100	-

Fonte: SEME/PP e Unidades Escolares. Extraído do Manual Orientador para elaboração do plano municipal de educação de Ponta Porã (2006).

Tabela 02 - Salas de Aula segundo Dependência Administrativa por Etapa e Modalidade de Ensino - 2005

Ainda, segundo os dados do manual orientador PME (2006, p. 54), a modalidade de Educação de Jovens e Adultos (EJA):

mostram a ampliação nas matrículas do ProjetoEJA, tanto na rede municipal como na rede estadual (fundamental e médio). O Projeto EJA é oferecido especificamente no período noturno. Os professores não têm formação específica para essa modalidade de ensino. Trata-se de uma clientela de jovens e adultos que necessitam de metodologia própria. Os dados mostram que ao mesmo tempo em que há grande demanda, há também, índice elevado de abandono escolar. A política educacional de Educação Adultos é instável. (Manual orientador para elaboração do plano municipal de educação de Ponta Porã/2006, p.54).

Dependênc Administra- Tiva	Creche 0 – 3	Pré - Esc. 4 a 6	Ensino Funda- Mental	Ens. Médio	Ed. Espec.	EJA	Ed. Super.	Total	%
Municipal	11	35	309	-	03	16	-	374	39,83
Estadual	-	-	246	85	04	61	14	410	43,67
Privada	12	29	70	07	-	-	37	155	16,5
Total	23	64	625	92	07	77	51	939	100
%	2,45	6,81	66,56	9,79	0,75	8,2	5,44	100	-

Fonte: SEME/PP e Unidades Escolares. Extraído do Manual Orientador para elaboração do plano municipal de educação de Ponta Porã (2006).

Tabela 03 - Salas de Aula segundo Dependência Administrativa por Etapa e Modalidade de Ensino – 2005

Ano/dependência	Municipal	%	Estadual	%	Particular	%	Total	% de aumento na matrícula
1996	156	41,93	156	41,93	60	16,12	372	-
1997	176	31,88	248	44,92	98	17,75	552	48,38
1998	406	51,71	379	48,28	-	-	785	42,21
1999	320	28,72	427	38,33	367	32,94	1.114	41,91
2000	295	29,55	425	42,58	278	27,85	998	-10,41
2001	-	-	1.630	93,40	115	6,59	1.745	74,84
2002	-	-	345	65,58	181	34,41	526	-69,85
2003	742	24,94	2.214	74,42	19	0,63	2.975	465,58
2004	819	29,48	1.742	62,70	217	7,81	2.778	-6,62
2005	622	20,07	2.375	76,66	101	3,26	3.098	11,51

Fonte: SED/MS, INEP e SEME/PP. Extraído do Manual Orientador para elaboração do plano municipal de educação de Ponta Porã (2006).

Tabela 04 - EJA - Matrícula Inicial por Dependência Administrativa - 1996 a 2005

### 3.1.2 Dados estatísticos da EJA nas escolas da rede municipal de Ponta Porã/MS – período 2005-2011

Conforme o acima exposto foram utilizados os dados do INEP na totalização dos dados referentes à matrícula e os da SEMEPP no registro da evasão, abandono e aprovação.

No ano de 2005 seis escolas da rede municipal ofereceram educação de jovens e adultos. A totalização dos dados correspondentes ao ano de 2005 indica matrícula de 759 alunos, dos quais 283 (duzentos e oitenta e três) matriculados de 1º a 4º fase e 476 (quatrocentos e setenta e seis) matriculados de 5º a 8º fase, assim distribuídos: Na Escola Municipal Cooperã 30 (trinta) alunos matriculados na 1º a 4º fase e 48 (quarenta e oito) alunos de 5º a 8º fase, totalizando 78 (setenta e oito) alunos em 2005; a Escola Municipal Inês Andreazza, 19 (dezenove) alunos matriculados na 1º a 4º fase e 54 (cinquenta e quatro) na 5º a 8º fase, totalizando 73 (setenta e três) alunos 2005; na Escola Municipal João Carlos Pinheiro Marques - 40 (quarenta) alunos na 1º a 4º fase e 113 (cento e treze) alunos na 5º a 8º fase, totalizando 153 (cento e cinquenta e três) alunos em 2005; Escola Municipal Ramiro Noronha - 27 (vinte e sete) alunos de 1º a 4º fase e 130 (cento e trinta) alunos de 5º a 8º fase, totalizando 157 (cento e cinquenta e sete) alunos em 2005; Escola Municipal São João - 38 (trinta e oito) alunos de 1º a 4º fase e 59 (cinquenta e nove) alunos de 5º a 8º fase, totalizando 97 (noventa e sete) alunos em 2005; Escola Municipal Jardim Ivone - só ofereceu em 2005 as fase de 5º a 8º que tinha matriculados 64 (sessenta e quatro) alunos.

Do total de matrículas em 2005 havia 154 (cento e cinquenta e quatro) alunos matriculados de 1º a 4º fase e 468 (quatrocentos e sessenta e oito) alunos matriculados de 5º a 8º fase.

Segundo os dados da SEMEPP nesse ano foram aprovados 312 (trezentos e doze) alunos e 208 (duzentos e oito) reprovados. O órgão não informou os resultados discriminados por fase.

Quanto ao quadro de professores a SEMEPP informou que no ano de 2005, a 1º a 4º fase era atendida por 10 (dezenove) docentes e a 5º a 8º fase por 19 (dezenove). Informou também que o total de 29 (vinte e nove) docentes atuantes na modalidade EJA, naquele ano, têm formação de nível superior. O órgão não especifica qual o curso superior de cada docente.

Observou-se nesse ano de 2005 uma diferença muito grande no número de matrículas registrado na SEMEPP e o INEP, então é válido salientar que para o registro desse ano, onde os dados divergem, utilizaram-se apenas os dados da SEMEPP considerando que os números de aprovados e reprovados são calculados de acordo com essa matrícula.

Nos anos seguintes de 2006 a 2011 a diferença entre os dados do INEP e da SEMEPP é de apenas 1 a 2 alunos matriculados, passando-se a registrar os dados do INEP na matrícula e no aproveitamento escolar os da SEMEPP, conforme o acima informado.

## **2006**

No ano de 2006 sete escolas da rede municipal ofereceram educação de jovens e adultos. A totalização dos dados correspondentes ao ano de 2006 indica matrícula de 752 (setecentos e cinquenta e dois) alunos, dos quais 179 (cento e setenta e nove) matriculados de 1º a 4º fase e 573 (quinhentos e setenta e três) matriculados de 5º a 8º fase, assim discriminado: Escola Municipal Cooperã - 16 (dezesesseis) alunos de 1º a 4º fase e 33 (trinta e três) alunos de 5º a 8º fase, totalizando 49 (quarenta e nove) alunos.

Escola Municipal Inês Andreazza - 74 (setenta e quatro) alunos de 5º a 8º fase, não teve alunos de 1º a 4º fase. Escola Municipal Jardim Ivone - 15 (quinze) alunos de 1º a 4º fase, e 52 (cinquenta e dois) alunos de 5º a 8º fase, totalizando 67 (sessenta e sete) alunos. Escola Municipal João Carlos Pinheiro Marques - 65 (sessenta e cinco) alunos de 1º a 4º fase e 108 (cento e oito) alunos de 5º a 8º fase, totalizando 173 (cento e setenta e três) alunos. Escola Municipal Professora Conceição C S, - 24 (vinte e quatro) alunos de 1º a 4º fase e 31 (trinta e um) alunos de 5º a 8º fase, totalizando 55 (cinquenta e cinco) alunos. Escola Municipal Ramiro Noronha - 33 (trinta e três) alunos de 1º a 4º fase e 196 (cento e noventa e seis) alunos de 5º a 8º fase, totalizando 229 (duzentos e vinte e nove) alunos. Escola Municipal São João - 26 (vinte e seis) alunos de 1º a 4º fase, e 79 (setenta e nove) alunos de 5º a 8º fase, totalizando 105 (cento e cinco) alunos.

Conforme os dados da SEMEPP, nesse ano (2006) foram aprovados 339 (trezentos e trinta e nove) alunos, e 102 (cento e dois) reprovados. O órgão não informou os resultados discriminados por fase.

Em relação aos professores, no ano de 2006 havia 8 (oito) professores de 1º a 4º fase e 29 (vinte e nove) professores de 5º a 8º fase, totalizando 37 (trinta e sete) docentes atuando em escolas municipais na EJA. O órgão informou que todos os professores tinham o nível superior, sem especificar o tipo de formação.

## **2007**

No ano de 2007, sete escolas da rede municipal ofereceram educação de jovens e adultos. A totalização dos dados correspondentes ao ano de 2007 indica matrícula de 620 (seiscentos e vinte) alunos nas fases (EJA) dos quais 196 (cento e noventa e seis) matriculados de 1º a 4º fase e 424 (quatrocentos e vinte e quatro) matriculados de 5º a 8º fase, assim discriminados: Escola Municipal Inês Andreazza - 16 (dezesesseis) alunos de 1º a 4º fase

e 39 (trinta e nove) alunos de 5º a 8º fase, totalizando 55 (cinquenta e cinco) alunos. Escola Municipal Jardim Ivone - 30 (trinta) alunos de 1º a 4º fase e 50 (cinquenta) alunos de 5º a 8º fase, totalizando 80 (oitenta) alunos. Escola Municipal João Carlos Pinheiro Marques - 39 (trinta e nove) alunos de 1º a 4º fase, e 89 (oitenta e nove) alunos de 5º a 8º fase, totalizando 128 (cento e vinte e oito) alunos. Escola Municipal Professora Conceição C S - 37 (trinta e sete) alunos de 1º a 4º fase e 22 (vinte e dois) alunos de 5º a 8º fase, totalizando 59 (cinquenta e nove) alunos. Escola Municipal Ramiro Noronha - 30 (trinta) alunos de 1º a 4º fase, e 125 (cento e vinte e cinco) alunos de 5º a 8º fase, totalizando 155 (cento e cinquenta e cinco) alunos. Escola Municipal São João - 24 (vinte e quatro) alunos de 1º a 4º fase, e 68 (sessenta e oito) alunos de 5º a 8º fase, totalizando 92 (noventa e dois) alunos. Escola Municipal R Osvaldo de A. Matos - começou atender a modalidade EJA recebendo 20 (vinte) alunos de 1º a 4º fase, e 31 (trinta e um) alunos de 5º a 8º fase, totalizando 51 (cinquenta e um) alunos.

Nesse ano (2007) foram aprovados 255 (duzentos e cinquenta e cinco) alunos, e 65 (sessenta e cinco) alunos reprovados. O órgão não informou os resultados discriminados por fase.

Sobre os professores, a SEMEPP informou que em 2007 havia 12 (doze) professores de 1º a 4º fase e 28 (vinte e oito) professores de 5º a 8º fase, totalizando 40 (quarenta) professores atuando em escolas municipais na (EJA) os professores tinham nível superior. No entanto o órgão não informa qual o tipo de formação em nível superior.

## **2008**

Já no ano de 2008, 10 (dez) escolas da rede Municipal ofereciam a Educação de Jovens e Adultos e foram matriculados 644 (seiscentos e quarenta e quatro) alunos. Desse total 272 (duzentos e setenta e dois) de 1ª a 4ª fase e 372 (trezentos e setenta e dois) de 1º a 8º fase, assim discriminado: Escola Municipal Inês Andreazza -15(quinze) alunos de 1º a 4º fase, e 48 (quarenta e oito) alunos de 5º a 8º fase, totalizando 63 (sessenta e três) alunos. Escola Municipal Jardim Ivone - 38 (trinta e oito) alunos de 1º a 4º fase, e 52 (cinquenta e dois) alunos de 5º a 8º fase, totalizando 90 (noventa) alunos. Escola Municipal João Carlos Pinheiro Marques - 24 (vinte e quatro) alunos de 1º a 4º fase, e 54 (cinquenta e quatro) alunos de 5º a 8º fase, totalizando 78 (setenta e oito) alunos. Escola Municipal professora Conceição Capiberibe S - 36 (trinta e seis) alunos de 1º a 4º fase, e 17 (dezessete) alunos de 5º a 8º fase, totalizando 53 (cinquenta e três) alunos. Escola Municipal Ramiro Noronha - 29 (vinte e nove) alunos de 1º a 4º fase, e 113 (cento e treze) alunos de 5º a 8º fase, totalizando 142 (cento e quarenta e dois) alunos. Escola Municipal São João - 24 (vinte e quatro) alunos de 1º a 4º fase, e 59 (cinquenta e nove) alunos de 5º a 8º fase, totalizando 83 (oitenta e três) alunos.

Escola Municipal Professora Dora Landolfi, - 24 (vinte e quatro) alunos de 1º a 4º fase, e não ofereceu as fases de 5º a 8º. Escola Municipal Rural Osvaldo de A. Matos, - 21(vinte e um) alunos 1º a 4º fase, e 29 (vinte e Nove) alunos de 5º a 8º fase, totalizando 50 (cinquenta) alunos. Escola Municipal Rural Chaparral - 41(quarenta e um) alunos de 1º a 4º fase, e não ofereceu a fase de 5º a 8º. Escola Municipal Rural Juvenal Fróes - 20 (vinte) alunos de 1º a 4º fase, e não ofereceu a fase de 5º a 8º .

Nesse ano de 2008, 328 (trezentos e vinte e oito) alunos foram aprovados, e 85 (oitenta e cinco) reprovados. O órgão não informou os resultados discriminados por fase.

A secretaria informou que em 2008 havia 12 (doze) professores de 1º a 4º fase e 32 (trinta e dois) professores de 5º a 8º fase, totalizando 40 (quarenta) professores atuando em escolas municipais na (EJA) os professores têm nível superior. No entanto o órgão não informou qual o tipo de formação em nível superior.

Nesse ano (2008) 10 escolas da rede municipal ofereceram educação de jovens e adultos. A totalização dos dados correspondentes ao ano de 2009 indica matrícula de 479 (quatrocentos e setenta e nove) alunos, sendo 195 (cento e noventa e cinco) alunos de 1º e 4º fase e 284 (duzentos e oitenta e quatro) alunos de 5º a 8º fase, conforme discriminado: Escola Municipal Inês Andreazza - 9 (nove) alunos de 1º a 4º fase, e 48 (quarenta e oito) alunos de 5º a 8º fase, totalizando 57 (cinquenta e sete) alunos. Escola Municipal Jardim Ivone – 9 (nove) alunos de 1º a 4º fase, e 29 (vinte e nove) alunos de 5º a 8º fase, totalizando 38 (trinta e oito) alunos. Escola Municipal João Carlos Pinheiro Marques - 23 (vinte e três) alunos de 1º a 4º fase, e 53 (cinquenta e três) alunos de 5º a 8º fase, totalizando 76 (setenta e seis) alunos. Escola Municipal Professora Conceição Capiberibe Saldanha, - 21 (vinte e um) alunos de 1º a 4º fase e 24 (vinte e quatro) alunos de 5º a 8º fase, totalizando 45 (quarenta e cinco) alunos. Escola Municipal Ramiro Noronha - 19 (dezenove) alunos de 1º a 4º fase e 66 (sessenta e seis) alunos de 5º a 8º fase, totalizando 85 (oitenta e cinco) alunos. Escola Municipal São João - 22(vinte e dois) alunos de 1º a 4º fase e 43 (quarenta e três) alunos de 5º a 8º fase, totalizando 65 (sessenta e cinco) alunos. Escola Municipal Professora Dora Landolfi - 28 (vinte e oito) alunos de 1º a 4º fase, e não ofereceu a outra fase por falta de alunos.

Escola Rural Municipal R Osvaldo de A. Matos - ofereceu a educação de jovens e adultos, tinha 23 (vinte e três) alunos de 1º a 4º fase, 22(vinte e dois) alunos de 5º a 8º fase, totalizando 45 (quarenta e cinco) alunos. Escola Rural Municipal Chaparral - 29 (vinte e nove) alunos, e não ofereceu as outras fase por falta de alunos. Escola Municipal Rural Juvenal Fróes - 12 (doze) alunos de 1º a 4º fase, e não ofereceu a fase de 5º a 8º.

## **2009**

Nesse ano (2009), foram aprovados 205 (duzentos e cinco) e 64 (sessenta e quatro) alunos reprovados. Foram considerados desistentes 211 (duzentos e onze) alunos. O órgão não informou os resultados discriminados por fase.

A secretaria informou que em 2009 havia 12 (doze) professores de 1º a 4º fase e 32 (trinta e dois) professores de 5º a 8º fase, totalizando 42 (quarenta) professores atuando em na (EJA) na rede municipal. Todos os docentes tinham nível superior. No entanto o órgão não informou qual o tipo de formação em nível superior.

## **2010**

Nesse ano apenas 2 (duas) escolas da rede municipal ofereceram educação de jovens e adultos. A totalização dos dados correspondentes ao ano de 2010 indica matrícula de 190 (cento e noventa) alunos sendo 53 (cinquenta e três) de 1º e 4º fase e 137 (cento e trinta e sete) alunos de 5º a 8º fase, conforme abaixo discriminado.

A Escola Municipal Ramiro Noronha que teve 30 (trinta) alunos de 1º a 4º fase, e 121 (cento e vinte e um) alunos de 5º a 8º fase, totalizando 151 (cento e cinquenta e um) alunos. A Escola Rural Municipal Osvaldo de A. Matos tinha 23 (vinte e três) alunos de 1º a 4º fase e 16 (dezesseis) alunos de 5º a 8º fase, totalizando 39 (trinta e nove) alunos.

Foram aprovados 67 (sessenta e sete) alunos, 59 (cinquenta e nove) alunos reprovados. 64 (sessenta e quatro) alunos foram considerados desistentes.

Nesse ano 06(seis) professores atuaram na EJA de 1º a 4º fase, e 15 (quinze) professores de 5º a 8º fase, totalizando 21 (vinte e um) docentes. Segundo informou a SEMEPP todos os docentes tinham curso superior. O órgão não especificou qual o curso superior de cada professor.

## **2011**

No ano de 2011 2 (duas) escolas da rede municipal ofereceram a educação de jovens e adultos e a matrícula total é de 177 (cento e sessenta e sete) alunos, conforme abaixo discriminado:

Escola Municipal Ramiro Noronha - 25 (vinte e cinco) alunos de 1º a 4º fase, e 106 (cento e seis) alunos de 5º a 8º fase, totalizando 131(cento e trinta e um) alunos. A Escola Rural Municipal Osvaldo de A. Matos - 24 (vinte e quatro) alunos de 1º a 4º fase e 22 (vinte e dois) alunos de 5º a 8º fase, totalizando, 46 (quarenta e seis) alunos.

### 3.1.3 Análise dos dados da EJA em Ponta Porã no período 2005 a 2011

O material disponibilizado no subtítulo anterior foi colocado na tabela abaixo, visando propiciar melhor compreensão dos dados bem como a análise que o título do presente capítulo anuncia.

Nome da escola	Total de matr.	1ª a 4ª	5ª a 8ª
E.M..Cooporã	78	30	48
E.M.Inês Andreazza	73	19	54
E.M.Jardim Ivone	64	---	64
E.M.J.C.P. Marques	153	40	113
E.M.Ramiro Noronha	157	27	130
E. M. São João	97	38	59
Total	622	154	468

Fonte: INEP e Secretaria Municipal de Educação de Ponta Porã/MS  
Tabela 05 – Dados de Matrícula na EJA – Rede Municipal de P.Porã/MS - 2005

Nome da escola	Total de matr.	1ª a 4ª	5ª a 8ª
E. M. Cooporã	49	16	33
E.M.Inês Andreazza.	74	----	74
E.M. Jardim Ivone	67	15	52
E.M. J.CarlosP.Marques	173	65	108
E.M.Profa. Conceição	55	24	31
E.M.Ramiro Noronha	229	33	196
E. M. São João	105	26	79
Total	752	179	573

Fonte: INEP e Secretaria Municipal de Educação de Ponta Porã/MS  
Tabela 06 - Dados de matrícula EJA – Rede Municipal de P.Porã/MS - 2006

Nome da escola	Total de matric.	1ª a 4ª	5ª a 8ª
E.M.Inês Andreazza.	55	16	39
E.M. Jardim Ivone	80	30	50
E.M.J.C. P. Marques	128	39	89
E.M.Profa. Conceição	59	37	22
E.M.Ramiro Noronha	155	30	125
E. M. São João	92	24	68
E.RuralM. O. de A. Matos	51	20	31
Total	620	196	424

Fonte: INEP e Secretaria Municipal de Educação de Ponta Porã/MS  
Tabela 07 – Dados de matrícula na EJA – Rede Municipal de P.Porã/MS - 2007

Nome da escola	Total de matr.	1ª a 4º	5ª a 8º
E.M. Inês Andreazza.	63	15	48
E.M. Jardim Ivone	90	38	52
E.M.J.C. P. Marques	78	24	54
E.M. Profa. Conceição	53	36	17
E.M. Ramiro Noronha	142	29	113
E. M. São João	83	24	59
E.M. Profa. Dora Landolfi	24	24	-----
E.RuralM. O. de A. Matos	50	21	29
E.RuralM. Chaparral	41	41	-----
E.M. Rural Juv. I Fróes	20	20	-----
Total	644	272	372

Fonte: INEP e Secretaria Municipal de Educação de Ponta Porã/MS  
Tabela 08 – Dados de matrícula EJA – Rede Municipal de P.Porã/MS - 2008

Nome da escola	Total de matr.	1ª a 4º	5ª a 8º
E.M. Inês Andreazza.	57	9	48
E.M. Jardim Ivone	38	9	29
E.M.J.C. P. Marques	76	23	53
E.M. Profa. Conceição	45	21	24
E.M. Ramiro Noronha	85	19	66
E. M. São João	65	22	43
E.M. Profa. Dora Landolfi	28	28	-----
E.RuralM. O. de A. Matos	45	23	22
E.RuralM. Chaparral	29	29	-----
E.M. Rural Juvenal Fróes	12	12	-----
Total	480	195	285

Fonte: INEP e Secretaria Municipal de Educação de Ponta Porã/MS  
Tabela 9 – Dados de matrícula EJA – Rede Municipal de P.Porã/MS - 2009

Nome da escola	Total de matr.	1ª a 4º	5ª a 8º
E.M. Ramiro Noronha	151	30	121
E.RuralM. O. de A. Matos	39	23	16
Total	190	53	137

Fonte: INEP e Secretaria Municipal de Educação de Ponta Porã/MS  
Tabela 10 – Dados de Matrícula EJA – Rede Municipal de P.Porã/MS - 2010

Nome da escola	Total de matríc.	1ª a 4º	5ª a 8º
E.M. Ramiro Noronha	131	25	106
E.RuralM. O. de A. Matos	46	24	22
Total	177	49	128

Fonte: INEP e Secretaria Municipal de Educação de Ponta Porã/MS  
Tabela 11 – Dados de matrícula EJA – Rede Municipal de P.Porã/MS - 2011

Região	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011
Total de matrículas nas escolas Urbanas	622	752	569	533	394	151	131
Total de matrículas nas Escolas da Z. Rural	---	----	51	111	86	39	46

Fonte: INEP e Secretaria Municipal de Educação de Ponta Porã/MS.

Tabela 12- Dados de matrícula EJA – Rede Municipal de P.Porã/MS – Número de alunos por ano e por região – 2005/2011

A partir das tabelas acima vale registrar que o número de escolas que oferecem EJA, aumenta ou diminui a cada ano o que leva á conclusão de que não há um projeto de continuidade na oferta e também deixa uma grande dúvida quanto ao aproveitamento dos professores.

Observou-se a partir dos dados colhidos no INEP, que em 2005 eram seis escolas, e nos anos seguintes foram subindo, chegando em 2008 à 10 (dez) escolas oferecendo a modalidade da EJA, portanto o número de escolas que ofereciam EJA cresceu em 40% nesse período. No entanto, em 2010, restaram somente 2 (duas) escolas com uma queda de 8 (oito) escolas 80% . Em 2011 a situação se repete e apenas 2 (duas) escolas acolhem a EJA até a metade do ano, sendo que no segundo semestre diminui mais uma escola, ficando a oferta da EJA reduzida a 1 (uma) escola (Ramiro Noronha).

Constata-se, a partir desses números, que por alguma razão o município que desenvolvia uma política de ampliação na oferta da EJA no período de 2005 a 2009, retrai-se, concentrando as matrículas apenas numa escola urbana.

Observa-se que a zona rural se encontra desassistida em relação a educação de jovens e adultos. O quadro sugere a ampliação de pesquisa, no sentido de que as causas sejam investigadas.

Conclui-se que a Educação de Jovens e Adultos no Município de Ponta Porã, está sendo esquecida pelos órgãos que dela tratam, pois não há incentivo da atual administração, pois se pode observar que em sete anos a modalidade que era oferecida pela rede municipal de ensino àqueles que não tiveram oportunidade de estudar na idade própria, não estão mais tendo o reconhecimento de seu direito, pois é dever do município garantir a educação de forma continuada e permanente a todos.

Fazendo a relação descrita no Capítulo 2 deste estudo em que se trata das funções da EJA nas diretrizes curriculares nacionais, funções essas classificadas como: reparadora,

equalizadora e permanente ou de qualificação, estão distantes de se consagrar na política educacional do município pesquisado. Resta-nos insistir no processo de investigação que se iniciou com essa tímida pesquisa e investigar as causas que estão promovendo esse desacerto na continuidade e frequência da escolarização de jovens e adultos em nosso município.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao concluir este trabalho monográfico, foi possível compreender o que está acontecendo na rede municipal de educação em Ponta Porã, na modalidade da Educação de Jovens e Adultos.

Pode-se avaliar que o ganho em experiência foi muito valioso, pois o tema foi de suma importância para a formação e crescimento profissional, pois por meio do estudo tomou-se gosto pela pesquisa sem contar a aprendizagem sobre como funciona uma política pública municipal e que o seu desenvolvimento em um município é fundamental para que as coisas aconteçam de fato.

E ao desenvolver este trabalho com muitas dificuldades em relação à coleta de dados que eram necessárias para o desembaraço dessa pesquisa, pois ela conta em resultados específicos a quantidade de escolas que ofereciam essa modalidade na rede municipal de educação, foi uma verdadeira batalha de idas e vindas da pesquisadora, pois obteve-se resultados que não se igualavam com os documentos oficiais e houve necessidade de optar por poucas fontes de informações que aqui estão expostos.

Nesse trabalho foi relatado como foi o caminhar da pesquisadora, ao término de seu ensino médio, e ao ingressar no ensino superior, e sua pesquisa sobre o tema que contou um breve histórico da EJA, para então entrar nas políticas públicas na rede municipal de educação, a pesquisa teve como eixo principal, mostrar como está hoje o ensino para jovens e adultos no município.

Finalmente, concluiu-se que essa “política” está deixando a desejar, porque obtiveram-se informações que somente uma escola municipal está oferecendo a modalidade no ano de 2011, e nada está sendo feito para que este quadro mude, e isto é muito triste, pois se espera mais daqueles que têm o poder de mudar essas estatísticas, em nosso município.

Entretanto, pode-se dizer que para chegar até esses dados sobre a política na rede municipal de ensino, muitos empecilhos foram encontrados, principalmente na coleta de dados, que foi fundamental na construção deste trabalho, pois necessitava-se tempo, e disponibilidade dos técnicos administrativos responsáveis pelo setor da supervisão pedagógica da EJA na SEMEPP.

Porém, com tantas dificuldades encontradas para concluir este trabalho, vale ressaltar sua importância para o município, bem como, na rede municipal de ensino, resgatando-se e revendo os processos políticos educativos existentes e em andamento no município de Ponta

Porã, para que então se possa reformular as políticas, contribuindo para a melhoria e acesso da escolarização de jovens e adultos.

## REFERÊNCIAS

BRASIL. **Constituição da Republica Federativa do Brasil**. Brasília:1988.

BRASIL. MEC.**Diretrizes Curriculares Nacionais para Educação de Jovens e Adultos**. Parecer. CNE/CEB. 11/2000. Brasília, 2000

\_\_\_\_\_, MEC. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**.n.9394/1996.

CARDOSO, Elizete. **Concepções de Educação de Jovens e Adultos**. Campo Grande – MS: Ed. UFMS, 2009.

CARDOSO, E; SILVA, J.R.da. **Manual Orientador para elaboração do Plano Municipal de Educação: Ética e cidadania são construídas com a educação**. Secretaria Municipal de Educação de Ponta Porã/MS, 2006, 82p.

CARLOS, Ana Fani A. **A geografia na sala de aula**. 5. ed. São Paulo: Contexto, 2003.

CORTELA, Mario Sérgio, **A Escola e o Conhecimento**, 9 ed. São Paulo, 2005.

DI PIERRO, Maria Clara. **Seis anos de educação de jovens e adultos no Brasil: os compromissos e a realidade**. São Paulo: Ação Educativa, 2003.

FERNANDEZ, Solange Jarzem. **Políticas Públicas em Educação de Jovens e Adultos**. Campo Grande – MS: Ed.UFMS, 2009

FREIRE, Paulo. **A educação na cidade**. 5. ed. São Paulo: Cortez, 2001.

GADOTTI, Moacir; ROMÃO, J. E. **Educação de Jovens e Adultos:**

HADDAD, Sérgio e DI PIERO, Maria Clara. Escolarização de Jovens e Adultos. **Revista Brasileira de Educação**, Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação. São Paulo, n.14, p. 108-130, maio/ago. 2000. Disponível em: PDF: <[www.redalyc.org](http://www.redalyc.org)> Acessado em: 09 set. 2011.

HELLER, Agnes. **O cotidiano e a história**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985.  
JOSGRILBERT, Maria de Fátima Viegas. **Atitude**. São Paulo: Cortez, 2001.

LUDKE, ANDRÉ, Menga, Marli E.D.A **Pesquisa em Educação**: abordagens qualitativas, São Paulo: EPU, 1986.

CHAVES, Eduardo O. C. **A Pedagogia de Projetos de Aprendizagem**. Disponível em:<[4pilares.net/text-cont/chaves-projetos.htm](http://4pilares.net/text-cont/chaves-projetos.htm)> Acessado em: 10 abr. 2011.

OLIVEIRA, Ivanilde Apoluceno de. Educação De Jovens, adultos e idosos. P.14-19. In: **Educação ao Longo da Vida**. Col. Salto para o Futuro. Brasília: SED/MEC. Ano XIX-Nº11 – Set./2009

PINTO, Álvaro Vieira. **Sete lições sobre educação de Jovens e Adultos**. 13. ed. São Paulo, Cortez, 2003.

PONTA PORÃ. CARDOSO, E, SILVA, J, R. **Plano Municipal de Educação de Ponta Porã**. Secretaria Municipal de Educação. Ponta Porã, MS, 2008.

QUINTAS, M.R.J. **Ponta Porã em Foco**. 2 ed. Ponta Porã: Borba, 2006.

# **ANEXOS**

*Funcionou  
até 2010*

Processo n.º *28041428/06*  
Data *06/02/07* Ms *35*  
Pública: *Rerc*



**PREFEITURA MUNICIPAL DE PONTA PORÃ**  
**SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO**  
**SETOR INSPEÇÃO ESCOLAR**

**CURSO DE EDUCAÇÃO  
DE JOVENS E ADULTOS NA ETAPA DO  
ENSINO FUNDAMENTAL - PROJETO  
EXPERIMENTAL**

**PONTA PORÃ - MS**

**APROVADO**  
Deliberação: CEE/MS  
n.º *8327* de *17/06/07*  
*Sônia Aparecida Meneghetti Vieira*  
CADASTRO/CCE/MS

Processo n.º 281041728/06  
Data 06/02/07 ms. 36  
Pública. Pore-



**PREFEITURA MUNICIPAL DE PONTA PORÃ**  
**SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO**

Prefeito Municipal de Ponta Porã  
**Flávio E. Kayatt**

Secretária Municipal de Educação de Ponta Porã  
**Prof.ª Maria Leny Antunes Klays**

Equipe Técnica:  
**Antonia Icassatti da Silva**  
**Marlene Milto Franco**  
**Luciano Marques da Costa Martins**

APROVADO  
Deliberação CEE/MS  
n.º 3327-01/07/07  
Sônia Aparecida Meneghetti Vieira  
CADA. INOCICCEMS

Processo n.º	277041128106
Data	06/02/08 Págs. 94
Publica	Rosa

## SUMÁRIO

1.0	Apresentação.....	04
2.0	Justificativa.....	05
3.0	Objetivos.....	06
3.1	Objetivo Geral.....	06
3.2	Objetivo Especifico.....	06
4.0	Requisito de Acesso.....	06
5.0	Da Organização Curricular.....	06
5.1	Do Currículo.....	07
5.2	Da Matriz Curricular.....	07
5.3	Da Ementa Curricular.....	08
5.4	Funcionamento do Curso.....	13
5.5	Da Metodologia.....	13
5.6	Da Avaliação de Aprendizagem.....	14
5.7	Da Avaliação Institucional Interna.....	14
6.0	Do Regime Escolar.....	15
6.1	Da Matrícula.....	15
6.2	Aproveitamento de estudos.....	15
6.3	Da Transferência.....	16
6.4	Agrupamento de Educandos.....	16
6.5	Crêterios de Avaliação.....	16
6.6	Da Frequência.....	17
7.0	Da Classificação.....	17
8.0	Plano para formação continuada: Corpo Docente e Técnicos.....	18
9.0	Infra-Estrutura Operacional.....	18
9.1	Espaço Físico.....	18
9.2	Corpo Técnico – Administrativo e Corpo Docente.....	19
10.0	Escrituração Escolar e Arquivo.....	19
11.0	Conclusão.....	19
12.0	Certificação.....	19
13.0	Referências Bibliográficas.....	20

APROVADO

Deliberação CEE/MS

n.º 6322, de 27/04/07

Sônia Aparecida Bonnegli Vieira

CADASTRO DE CEE/MS

Processo n.º	24/041728/06
Data	06/02/07 - F. 38
Assinatura	Rosa

## 1.0. Apresentação

O presente Curso de Educação de Jovens e Adultos na Etapa do Ensino Fundamental – Projeto Experimental constitui-se um documento norteado pelos Parâmetros Curriculares Nacionais para o Ensino Fundamental e destina-se à Educação de Jovens e Adultos, uma das modalidades da Educação Básica, oferecida pela a Rede Municipal de Ensino de Ponta Porã – MS.

O referido documento visa atender os artigos 37 e 81 da Leis de Diretrizes e Bases da Educação Nacional nº 9394/96, que abre possibilidade de oferta de escolarização para Jovens e Adultos oportunizando o acesso e continuidade dos estudos àqueles que não tiveram acesso na idade própria.

O Curso de Educação de Jovens e Adultos na Etapa do Ensino Fundamental – Projeto Experimental encontra-se organizado de maneira que defina claramente os objetivos a serem seguidos e o papel da instituição envolvida, apresenta ainda as normas especificamente fixadas que nortearão todo o trabalho a ser desenvolvido, visando garantir uma prática educativa que valorize o indivíduo como cidadão participante da sociedade, pois a escola existe para propiciar a aquisição dos instrumentos que possibilitam o acesso ao saber elaborado (ciência), bem como o próprio acesso aos rudimentos deste saber. Atender as características próprias da fase de desenvolvimento dos jovens e adultos, a participação destes no mundo do trabalho que os diferencia dos demais alunos.

A Rede Municipal oferecerá o Curso de Educação de Jovens e Adultos na Etapa do Ensino Fundamental – Projeto Experimental devendo construir, em suas atividades, sua identidade como expressão de uma cultura própria que considere as necessidades de seus alunos e seja incentivadora das potencialidades dos que a procuram. Os envolvidos no processo devem atentar para a autonomia dos jovens e adultos de forma que eles sejam sujeitos do “aprender a aprender em níveis crescentes de apropriação do mundo do fazer, do conhecer, do agir e do conviver”.

APROVADO

Deliberação CEE/MS  
nº 2327 de 17/04/07  
Sônia Aparecida dos Santos Vieira  
CADASTRADO

Processo n.º	241041428/06
Data	06/02/07
Assinatura	Jose

## 2.0. Justificativa

O Curso de Educação de Jovens e Adultos na etapa do Ensino Fundamental – Projeto Experimental que a Rede Municipal implantará, têm a finalidade de ampliar a democratização do acesso escolar e de melhorar a qualidade social do ensino para jovens e adultos. Tal propósito se justifica pelo fato de que as exigências da sociedade contemporânea são cada vez mais complexas, ampliando o contingente de jovens e adultos que, com baixa ou nenhuma escolaridade, encontram dificuldades no mercado de trabalho para sobreviver.

Diante a esta questão, a Rede Municipal de Ensino vem desenvolvendo uma Política de Educação de Jovens e Adultos que visa à qualidade social da educação adequada à demanda real, constituída por aqueles que não puderam freqüentar a escola na idade própria.

Esta Política pauta-se no reconhecimento do direito das pessoas jovens e adultas à educação de qualidade social e gratuita na rede pública, oferecida de forma continuada e permanente e como instrumento de afirmação de sua identidade sócio-cultural, de difusão dos valores éticos de justiça e solidariedade, de superação do preconceito, de promoção dos direitos humanos, de formação para o exercício de cidadania e de direito ao trabalho.

Portanto, para atender a demanda e as expectativas dos Jovens e Adultos é que justificamos a elaboração deste Projeto de Curso Experimental e que diverge da Deliberação nº 6220/2001, nos seguintes aspectos:

- Matrícula em qualquer época da operacionalização da fase;
- Freqüência de 60% (sessenta por cento) do total da carga horária da fase;
- Duração: carga Horária mínima anual de 540 horas para cada fase.

O Curso de Educação de Jovens e Adultos na Etapa do Ensino Fundamental – Projeto Experimental está embasado no artigo 81 da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional nº 9394/96.

Entendemos que esse percentual de freqüência e carga horária é suficiente para que o educando possa adquirir as competências nesta modalidade de ensino da Etapa do Ensino Fundamental da Educação Básica previstas nas legislações em vigor e necessários para o prosseguimento de estudos.

APROVADO

Publicação CEE/MS  
nº 327 de 17/04/07  
Sônia Aparecida Bonaghoti Vieira  
CADASTRO CEE/MS

### 3.0. Objetivos

#### 3.1. Geral

Oportunizar a educação com qualidade à demanda de Jovens e Adultos que não tiveram acesso à escolarização ou continuidade de estudos em idade própria na etapa do Ensino Fundamental.

#### 3.2. Específicos

- Oferecer aos educando domínio de instrumentos básicos da cultura letrada, que lhes permitam melhor compreender e atuar no mundo em que vivem;
- Disponibilizar acesso a outros graus ou modalidades de ensino básico e profissionalizante, assim como a outras oportunidades de desenvolvimento cultural;
- Desenvolver no educando a valorização da democracia, obtendo atitudes participativas, conhecendo direitos e deveres da cidadania;
- Oportunizar a incorporação ao mundo do trabalho com melhores condições de desempenho e participação na distribuição da riqueza produzida;
- Aumentar a auto-estima, fortalecer a confiança na sua capacidade de aprendizagem, valorizar a educação como meio de desenvolvimento pessoal e social;
- Despertar o exercício da autonomia pessoal com responsabilidade, aperfeiçoando a convivência em diferentes espaços sociais.

#### 4.0. Requisitos de Acesso

O Curso de Educação de Jovens e Adultos na Etapa do Ensino Fundamental – Projeto Experimental destinar-se-á a candidatos maiores de 14 (catorze) anos.

#### 5.0. Organização Curricular

O Curso de Educação de Jovens e Adultos na Etapa do Ensino Fundamental – Projeto Experimental constituir-se-á de uma especificidade curricular que considere as características próprias dos Jovens e Adultos, tais como: seus interesses, suas condições de vida, de trabalho e suas motivações para acessar os conhecimentos sistematizados e ressignificar os conhecimentos que já têm.

O Curso de Educação de Jovens e Adultos na Etapa do Ensino Fundamental – Projeto Experimental será organizado obrigatoriamente em 4 (quatro) fases.

A duração de cada fase será de 540 (quinhentas e quarentas) horas, perfazendo um total de 2.160 (duas mil cento e sessentas) horas para o curso.

#### 5.1. Do Currículo

APROVADO  
Deliberação CEE/MS  
n.º 8527 de 07/04/07  
Sônia Aparecida Vinhetti Vieira  
CADASTRO DE CURSOS

Processo n.º 29104/128/06  
 Data: 06/02/107  
 Pábrica: R.º 30

O currículo contém, obrigatoriamente, a Base Nacional Comum, sendo Língua Portuguesa, Matemática, Ciências, História, Geografia, Artes e Educação Física. Na parte diversificada será oferecida Língua Estrangeira Espanhol.

### 5.2. Da Matriz Curricular

**DURAÇÃO DA HORA AULA:** 45 minutos  
**SEMANA:** 5 dias da semana com 4 aulas diárias  
**DURAÇÃO DA FASE:** 180 dias  
**DURAÇÃO DO CURSO:** 720 dias  
**TURNO:** Diurno e Noturno

Áreas de Conhecimento	1ª FASE	2ª FASE	3ª FASE	4ª FASE
Língua Portuguesa	05	05	05	05
Matemática	04	04	05	05
História	03	03	02	02
Geografia	03	03	02	02
Ciências	03	03	02	02
Artes	01	01	01	01
Educação Física	01	01	01	01
Língua Estrangeira Espanhol	-	-	02	02
<b>Total Semanal</b>	<b>20</b>	<b>20</b>	<b>20</b>	<b>20</b>
<b>Total Anual / Horas</b>	<b>540</b>	<b>540</b>	<b>540</b>	<b>540</b>
<b>Total Anual / Horas –aula</b>	<b>720</b>	<b>720</b>	<b>720</b>	<b>720</b>

### 5.3. Ementa Curricular

Os conteúdos mínimos propostos neste Projeto, por Áreas de Conhecimento e por Fases são:

APROVADO

Deliberação CEE / MS

n.º 83270/17/04/07

Sônia Aparecida Moragheh Vieira  
 CADASTRO DE PROFESSORES

Processo n.º 291041728/06  
Data 06.10.2010 No 102  
Patricia Rosa

## 1ª FASE

### 1 – LINGUA PORTUGUESA

- 1.1 – Leitura e Interpretação
- 1.2 – Produção de Textos orais e escritos
- 1.3 – Análise Lingüística
- 1.4 – Revisão de Textos
- 1.5 – Domínio do Código

### 2 – MATEMÁTICA

- 2.1 – Números e Operações
- 2.2 – Espaço e Forma
- 2.3 – Grandezas e Medidas
- 2.4 – Dados e Informações e o uso social

### 3 – HISTÓRIA

- 3.1 – Memória e Identidade Cultural
- 3.2 – Tempo: Presente, Passado e perspectiva para o Futuro
- 3.3 – Sociedade e o Convívio Social
- 3.4 – Cidadania e Democracia

### 4 – GEOGRAFIA

- 4.1 – Relações Espaciais
- 4.2 – Noções de Espaço
- 4.3 – Percepção do Espaço
- 4.4 – O Ambiente em que vivemos
- 4.5 – A Terra: Sua forma e Movimento
- 4.6 – Recursos da Terra

### 5 – CIÊNCIAS

- 5.1 – Saúde
- 5.2 – Seres Vivos
- 5.3 – Ecossistemas
- 5.4 – Noções de Astronomia

### 6 – ARTES

- 6.1 – Os elementos da linguagem visual: Ponto, linha, cor, superfície e forma, textura, luz, ritmo, movimento e equilíbrio.
- 6.2 – Linguagem da cultura: Arte de esculpir, textura e linhas.
- 6.3 – Modelagens e Móveis.
- 6.4 – Artistas: Candido Portinari, Tarsila do Amaral, Anita Malfat, Pablo Picasso, Vicente Van Gogh.
- 6.5 – Expressão Plástica.
- 6.6 – Leitura de imagens.
- 6.7 – Manifestações nas artes visuais.
- 6.8 – Gravuras: Profundidade, tamanho, sobreposição e planos.
- 6.9 – Esculturas: Seus elementos e materiais diversos, relevos, texturas, pinturas, formas e linhas.
- 6.10 – Máscaras e esculturas: Nacional, regional e internacional.

APROVADO

8

8327  
Sônia Aparecida  
CADA

06/10/2010  
Suzeli Vieira

Processo n.º 281041728106  
Data: 06/02/07 Ms 103  
Rubrica: Rosa

- 6.11 – Esculturas indígenas.
- 6.12 – Som: Nós e a música.
- 6.13 – Elementos musicais: Ritmo, instrumentos e música.
- 6.14 – Jogos e danças: Suas articulações com os elementos da linguagem musical.
- 6.15 – Expressão na arte: Bidimensional.
- 6.16 – Teatro: Mímica, improvisação, verbal e não-verbal.
- 6.17 – Pré-história da arte.
- 6.18 – A arte na antiguidade.
- 6.19 – A arte na Grécia e em Roma.
- 6.20 – A arte indígena Kadiwéu e Terena.

## 7 – EDUCAÇÃO FÍSICA

- 7.1 – Jogos Populares
- 7.2 – Jogos Cooperativos
- 7.3 – Ginástica
- 7.4 – Dança
- 7.5 – Jogos de Salão
- 7.6 – Atividades Adaptadas
- 7.7 – Fisiologia e Saúde
- 7.8 – Atividades Alternativas

## 2ª FASE

### 1 – LÍNGUA PORTUGUESA

- 1.1 – Leitura e Interpretação
- 1.2 – Produção de Textos Orais e Escritos
- 1.3 – Análise Lingüística
- 1.4 – Revisão de Textos
- 1.6 – Domínio do Código

### 2 – MATEMÁTICA

- 2.1 – Números e Operações
- 2.2 – Espaço e forma
- 2.3 – Grandezas e Medidas
- 2.4 – Tratamento de Informação

### 3 – HISTÓRIA

- 3.1 – Sociedade e o Convívio Social
- 3.2 – Brasil: lugares, povos, culturas
- 3.3 – Tradições culturais Brasileiras
- 3.4 – Do Brasil Colônia à Globalização

### 4 – GEOGRAFIA

- 4.1 – Relação Espaço Temporal
- 4.2 – O Espaço Urbano e o Espaço Rural
- 4.3 – Revolução Industrial
- 4.4 – Cidadania e Qualidade de Vida (Geografia Humana)

APROVADO

Presidente CEE/MS  
2321 07/04/07  
Sônia Aparecida  
GABINETE REGIONAL

Processo n.º	291041428100
Data	06/02/07 - p. 104
Publica	Perce

## 5 – CIÊNCIAS

- 5.1 – Astronomia
- 5.2 – Fatores Abióticos
- 5.3 – Fatores Bióticos
- 5.4 – Ecossistema

## 6 – ARTES

- 6.1 – Os elementos da linguagem visual: Ponto, linha, cor, superfície e forma, textura, luz, ritmo, movimento e equilíbrio.
- 6.2 – Linguagem da cultura: Arte de esculpir, textura e linhas.
- 6.3 – Modelagens e Móveis.
- 6.4 – Artistas: Candido Portinari, Tarsila do Amaral, Anita Malfat, Pablo Picasso, Vicente Van Gogh.
- 6.5 – Expressão Plástica.
- 6.6 – Leitura de imagens.
- 6.7 – Manifestações nas artes visuais.
- 6.8 – Gravuras: Profundidade, tamanho, sobreposição e planos.
- 6.9 – Esculturas: Seus elementos e materiais diversos, relevos, texturas, pinturas, formas e linhas.
- 6.10 – Máscaras e esculturas: Nacional, regional e internacional.
- 6.11 – Esculturas indígenas.
- 6.12 – Som: Nós e a música.
- 6.13 – Elementos musicais: Ritmo, instrumentos e música.
- 6.14 – Jogos e danças: Suas articulações com os elementos da linguagem musical.
- 6.15 – Expressão na arte: Bidimensional.
- 6.16 – Teatro: Mímica, improvisação, verbal e não-verbal.
- 6.17 – Pré-história da arte.
- 6.18 – A arte na antiguidade.
- 6.19 – A arte na Grécia e em Roma.
- 6.20 – A arte indígena Kadiwéu e Terena.

## 7 – EDUCAÇÃO FÍSICA

- 7.1 – Jogos Populares
- 7.2 – Jogos Cooperativos
- 7.3 – Ginástica
- 7.4 – Dança
- 7.5 – Jogos de Salão
- 7.6 – Atividades Adaptadas
- 7.7 – Fisiologia e Saúde
- 7.8 – Atividades Alternativas

## 3ª FASE

### 1 – LÍNGUA PORTUGUESA

- 1.1 – Linguagem
- 1.2 – Elementos da Comunicação
- 1.3 – Introdução às Funções da Linguagem
- 1.4 – Fonética e Fonologia

APROVADO

Deliberação: CEE/MS

nº 4327, de 31/09/07

Sônia Aparecida dos Anjos Viçosa  
CABARÉ

Processo n.º	291091728106
Data	06/02/04 Mo. 105
Publica	Prova

- 1.5 – Morfologia
- 1.6 – Sintaxe
- 1.7 – Produção da Escrita
- 1.8 – Leitura de Contos, Lendas e/ou Poesias, Obras Teatrais ou Folclóricas

## 2 – MATEMÁTICA

- 2.1 – Números e Operações
- 2.2 – Grandezas e Medidas
- 2.3 – Espaço e Forma
- 2.4 – Tratamento de Informação

## 3 – HISTÓRIA

- 3.1 – Refletindo sobre História
- 3.2 – Pré-História
- 3.3 – Pré-História Brasileira
- 3.4 – O Mundo Feudal
- 3.5 – O Mundo Moderno

## 4 – GEOGRAFIA

- 4.1 – Relação Sociedade e Natureza: Regional e Nacional
- \* aspectos da paisagem:

- observação, leitura, descrição e identificação de diferentes paisagens;
  - disposição dos elementos da paisagem: localização dos aspectos naturais e humanos, distribuição da população e dos recursos naturais, configurações das fronteiras políticas, econômicas e sociais.
- \* Organização sócio-espacial e geoambiental.

## 5 – CIÊNCIAS

- 5.1 – Matéria e Energia
- 5.2 – Água
- 5.3 – Solo
- 5.4 – Ar
- 5.5 – Ecologia
- 5.6 – Teorias da Origem dos Seres Vivos
- 5.7 – Classificação dos Seres Vivos

## 6 – EDUCAÇÃO FÍSICA

- 6.1 – Jogos Populares
- 6.2 – Jogos Cooperativos
- 6.3 – Ginástica
- 6.4 – Dança
- 6.5 – Jogos de Salão
- 6.6 – Atividades Adaptadas
- 6.7 – Fisiologia e Saúde
- 6.8 – Atividades Alternativas

## 7 – ARTES

- 7.1 – Prática da Produção Artística
- 7.2 – Prática da Leitura e Interpretação da Produção Artística

APROVADO

Deliberação GEEZ/MS  
nº 2227/2004/04  
Sônia Aparecida Meneghini V.  
CAB. GEEZ/MS

Processo n.º	29041428106
Data	06/02/07
Por	106
Assinatura	<i>Assa</i>

### 7.3 – Contextualização

#### \* Estética e História da Arte Contextualizada:

- Pré-História (regional, brasileira e internacional).
- Cultura indígena no Brasil, enfatizando o Mato Grosso do Sul.
- A Arte na Antiguidade (Egito, Grécia, Roma)
- História da Arte da Idade Média até o Renascimento Cultural.

## 8 – LÍNGUA ESTRANGEIRA ESPANHOL

- 8.1 – Comunicação
- 8.2 – Funções da Linguagem
- 8.3 – Fonética e Fonologia
- 8.4 – Estrutura e Formação das Palavras
- 8.5 – Tempos e Modos Verbais
- 8.6 – Produção Textual
- 8.7 – Leitura e Interpretação

### 4ª FASE

#### 1 – LÍNGUA PORTUGUESA

- 1.1 – Comunicação Oral e Escrita
- 1.2 – Conotação e Denotação
- 1.3 – Fonética e Fonologia
- 1.4 – Morfologia
- 1.5 – Sintaxe
- 1.6 – Estilística
- 1.7 – Produção Escrita
- 1.8 – Leitura de poemas, poesia e crônicas, novelas ou romances.

#### 2 – MATEMÁTICA

- 2.1 – Números e Operações
- 2.2 – Grandezas e Medidas
- 2.3 – Espaço e Forma
- 2.4 – Tratamento de Informação

#### 3 – HISTÓRIA

- 3.1 – O Brasil Colonial
- 3.2 – O Brasil Império
- 3.3 – O Brasil República
- 3.4 – História Regional
- 3.5 – O Mundo Contemporâneo

#### 4 – GEOGRAFIA

- 4.1 – Relação Sociedade e Natureza no Espaço Global
- 4.2 – Continentes e Países (Geografia Física e Humana).
- 4.3 – Perspectivas do Século XXI.

#### 5 – CIÊNCIAS

- 5.1 – Características Gerais das Células
- 5.2 – Corpo Humano
- 5.3 – Introdução ao Estudo da Química

APROVADO

Deliberação CEE/MS  
n.º 802, de 23/04/07  
Luzia Aparecida Peneghetti Vieira  
CADASTRO LICENCIADOS

Processo nº 28104428106  
Data 06.10.2014  
Público: Roso

5.4 – Introdução ao Estudo da Física

#### 6 – EDUCAÇÃO FÍSICA

- 6.1 – Jogos Populares
- 6.2 – Jogos Cooperativos
- 6.3 – Ginástica
- 6.4 – Dança
- 6.5 – Jogos de Salão
- 6.6 – Atividades Adaptadas
- 6.7 – Fisiologia e Saúde
- 6.8 – Atividades Alternativas

#### 7 – ARTES

- 7.1 – Prática da Produção Artística
- 7.2 – Prática da Leitura e Interpretação da Produção Artística
- 7.3 – Contextualização:
  - \* Estética e História da Arte Contextualizada
  - Cultura popular.
  - História da Arte após o Renascimento Cultural até o período Modernista.

#### 8 – LÍNGUA ESTRANGEIRA ESPANHOL

- 8.1 – Comunicação
- 8.2 – Funções da Linguagem
- 8.3 – Estrutura e Formação das Palavras
- 8.4 – Tempos e Modos Verbais
- 8.5 – Produção Textual
- 8.6 – Leitura e Interpretação.

#### 5.4. Funcionamento do Curso

O Curso de Educação de Jovens e Adultos na Etapa do Ensino Fundamental – Projeto Experimental funcionará no período diurno e noturno, com início previsto após publicação do ato concessório em Diário Oficial do Estado.

A duração da aula será de 45(quarenta e cinco) minutos e a semana letiva será composta de 5(cinco) dias, com 4(quatro) aulas diárias.

Cada uma das Fases da etapa do Ensino Fundamental será composta de quatro períodos, com 45(quarenta e cinco) dias letivos cada, totalizando 180(cento e oitenta) dias.

#### 5.5. Da Metodologia

A organização do trabalho didático do curso oferecido aos Jovens e Adultos existentes na escola não tem conseguido realizar o processo ensino-aprendizagem de forma a desenvolver nos educandos um conhecimento qualificado que lhes permita, de um lado, desenvolver as habilidades e as competências requeridas pela sociedade contemporânea e, de outro saber discernir e questionar a ideologia que existe por trás destas habilidades e competências.

Os professores e educandos deverão desencadear uma reflexão sobre o tratamento de novas habilidades e competências exigidas por esta sociedade atual, a fim de que possam, conjuntamente, selecionar, organizar e desenvolver as habilidades e

APROVADO

13

Deliberação CEE / MS

nº 7323, de 27/10/14

Edna Aparecida Menegheti Vieira  
CADA / CEE/MS

Processo nº	24100428106
Data	06/02/10
Publica	050

competências que efetivamente contemplem suas reais necessidades. Para chegar a esta conclusão, professores e educandos tomarão como parâmetro a Base Nacional Comum da Estrutura Curricular deste projeto de Curso.

O professor, ao planejar seu trabalho didático, deverá:

- considerar as características específicas próprias dos Jovens e Adultos;
- selecionar os conteúdos e as estratégias considerando a carga horária do Projeto de Curso;
- compreender que os conteúdos deverão ter a função social de desenvolver as habilidades e competências a fim de que os educandos se instrumentalizem para o exercício pleno da cidadania;
- os conteúdos deverão ser abordados pelo professor de forma a buscar os valores e significados conceituais que explicitem sua existência e função social;
- organizar os conteúdos a partir daqueles que contemplem os interesses e necessidades comuns entre professores e educandos;
- apresentar os conteúdos selecionados, demonstrando a importância dos mesmos no contexto, inclusive com a finalidade de trabalhar a motivação do educando dentro da sala de aula, facilitando e qualificando o rendimento da aprendizagem.

A metodologia utilizada para colocar em movimento os conteúdos terá a função de interagir a ação didática de sala de aula com os processos formativos da vivência desenvolvidos na família, no trabalho, na comunidade, na organização de moradores, nos espaços culturais e religiosos, bem como nas manifestações culturais.

O Curso deverá oportunizar a apropriação da base alfabética e conceito numérico através de atividades voltadas para o seu cotidiano, organizadas em grupos, proporcionando-lhes leitura de imagens, símbolos alfabéticos e numéricos e conseqüentemente a sistematização dos mesmos, que lhes garantirão a leitura e a escrita propriamente dita das letras, sílabas e números, depois palavras, textos e operações básicas.

Professores e coordenadores ao organizar o trabalho didático deverão:

- atentar para o fato de que as pessoas, enquanto sujeitos sociais, tem um jeito e um ritmo próprio de aprender que as torna únicas e que todas, sem exceção, tem a capacidade de aprender;
- valorizar o conhecimento extra-escolar que o educando já possui;
- oportunizar aos educandos a liberdade de expressão de ideais, bem como o pluralismo de idéias e concepções do mundo;
- considerar a história do sujeito humano, independente de sua condição social, raça e cultura;
- respeitar a liberdade de cada um através de uma atitude de apreço e tolerância;
- exercitar a qualidade social e a cidadania plena através da compreensão dos conceitos inerentes aos conteúdos trabalhados em sala de aula, fornecendo elementos ao educando para que promova uma interpretação crítica da realidade, da qual deve ser um agente ativo;
- planejar as aulas de forma integrada para que os conteúdos das Áreas de Conhecimento trabalhados se relacionem entre si, evitando, inclusive, a sua fragmentação;
- organizar material didático adequado ao seu planejamento, utilizando-se das linguagens artísticas e dos recursos tecnológicos.

## 5.6. Avaliação da Aprendizagem

APROVADO  
Deliberação CEE/MS  
nº 3327, de 10/04/07  
Sênior Aparecido Meneghetti Vieira  
CADASTRO CEE/MS

Processo n.º	291041728/06
Data	06/02/07 n.º 109
Publica	Rosc

A avaliação da aprendizagem acontecerá de forma: diagnóstica, processual e formativa e subsidiária da ação educativa, devendo considerar o desempenho do educando nas atividades propostas em termos de:

- aquisição de novos conhecimentos;
- capacidade de relacionar entre si os diversos conteúdos;
- competência para fazer uso prático desses conhecimentos nas situações cotidianas, bem como autonomia na procura de novas informações;
- capacidade de análise, interpretação e contextualização.

A avaliação deverá refletir o nível de aprendizagem do educando e os diferentes fatores que contribuem para o seu desempenho, objetivando:

- identificar o progresso do educando e suas dificuldades;
- orientar o professor e o educando quanto às medidas necessárias para superar as dificuldades;
- subsidiar o professor quanto ao planejamento e ao replanejamento das atividades curriculares.

## 5.7. Avaliação Institucional

Avaliação institucional é um processo global, contínuo e sistemático, competente e legítimo, participativo, que pode envolver agentes internos na formulação de subsídios para a melhoria da qualidade da instituição escolar.

O Processo de avaliação deverá incidir sobre os seguintes aspectos:

- o cumprimento da legislação;
- o cumprimento da Proposta Pedagógica;
- assessoramento aos Diretores, Coordenadores, Professores e Funcionários Administrativos;
- desempenhos dos Diretores, Coordenadores, Professores e Funcionários Administrativos;
- disposições, uso e qualidade dos ambientes das Unidades Escolares;
- condições de asseio, conforto e limpeza da Unidade Escolar;

A avaliação institucional será feita anualmente através de reuniões e questionários.

## 6.0. Do Regime Escolar

### 6.1. Da Matrícula

A matrícula será efetuada no Curso de Educação de Jovens e Adultos na Etapa do Ensino Fundamental – Projeto Experimental, em uma das fases do curso.

A matrícula poderá ser realizada em qualquer época da operacionalização da fase, desde que haja vaga.

O candidato recebido por transferência, oriundo de organização curricular diferenciada, será classificado na Fase de acordo com a análise da ementa curricular, e, na falta desta, o educando será avaliado.

Quando da matrícula de educandos estrangeiros, exigir-se-á, também, cópia da Carteira de Identidade de Estrangeiro e ou Carteira de Fronteiriço.

Aos candidatos à matrícula, exigir-se-á requerimento assinado pelo mesmo, quando maior, ou pelo responsável, quando menor, acompanhando dos seguintes documentos:

APROVADO  
Deliberação CEE/MS  
nº 2327 de 07/04/07  
Sônia Aparecida Meneghini Vieira  
CADA/SICGIGEE/MS

Processo n.º	291041428/06
Data	06/10/104 Ms. 110
Assinatura	Rosco

- cópia da certidão de nascimento ou casamento;
- guia de transferência, quando for o caso;
- certificado de eliminação parcial, de disciplina quando for o caso;
- cópia da cédula de identidade.

A matrícula concretizar-se-á com a apresentação da documentação exigida e após o deferimento do Diretor.

Será nula a matrícula que se fizer com documentação falsa ou adulterada.

A matrícula poderá ser cancelada em qualquer época do ano pelo educando, quando maior, ou pelo responsável, quando o educando for menor.

### 6.2. Aproveitamento de Estudos

O aproveitamento de estudos é a verificação da possibilidade de equivalência dos conteúdos ou das competências obtidas por meios formais ou informais na etapa do Ensino Fundamental, com vistas à continuidade dos estudos.

O aproveitamento de estudos obtidos por meios formais é efetivado pela Unidade Escolar, após análise dos documentos comprobatórios de escolaridade, realizando, quando necessário, avaliação.

O aproveitamento dos estudos informais é efetivado por meio de avaliação, elaborada pelos professores, com acompanhamento do coordenador pedagógico com o objetivo de posicionar o aluno em uma das fases.

Mediante a obtenção da nota igual ou superior a 6,0 (seis) em todas as áreas de conhecimento da Base Nacional Comum, será matriculado na fase para qual demonstrou competência.

O educando que está dispensado de cursar áreas de conhecimento por apresentação de certificados de Eliminação Parcial, deverá cumprir, no mínimo 60% (sessenta por cento) de frequência da soma da Carga Horária correspondente aos números de áreas de conhecimento a serem cursado(s) na fase.

O educando poderá transferir-se mediante a expedição de Guia de Transferência da (as) Fase (s) cursada (s).

O educando que apresentar documento de eliminação parcial de disciplina, no ato de sua matrícula; quando da expedição de sua transferência, estes dados serão transcritos na mesma.

### 6.3. Da Transferência

A transferência é a passagem do aluno de uma para outra Unidade Escolar.

O educando poderá transferir-se mediante a expedição de Guia de Transferência da(s) Fase(s) cursada(s).

O educando que apresentar documento de eliminação parcial de disciplina no ato de sua matrícula nesta unidade escolar, quando da expedição de sua transferência estes dados serão transcritos na mesma.

### 6.4. Agrupamento de Educandos

Os educandos serão agrupados por Fases, de acordo com a respectiva etapa da Educação Básica.

Serão constituídas turmas de acordo com a demanda existente e o número de salas de aulas disponíveis, respectivamente.

APROVADO

Deliberação CFE/MS

16

n.º 8321 de 27/04/07  
Sônia Aparecida Maneghini Vieira  
CADASTRO/CECEMS

Processo n.º	27041428106
Data	06.10.2018
Publica	Pub. III

O número mínimo de educandos permitido para abertura das salas será:

- 1ª e 2ª Fases, 15 (quinze) educandos;
- 3ª e 4ª Fases, 15 (quinze) educandos.

Quando houver educando com Necessidades Educativas Especiais o quantitativo desta turma deverá ser de, no máximo, 20 (vinte) educandos.

O número máximo por turma será de aproximadamente de 30 (trinta) educandos, devendo sempre ser respeitada a metragem de 1,30 m² por educando.

Os números mínimos e máximos não se aplicam as Unidades Escolares situadas na zona rural que tenham uma única Unidade Escolar.

### 6.5. Critérios de Avaliação

A atribuição de notas será o resultado da aplicação de diversas técnicas e instrumentos de avaliação realizadas no decorrer da Fase.

Ao final de cada Fase será registrada uma média que represente o aproveitamento escolar do educando para cada Área de Conhecimento.

Como expressão do resultado da avaliação do rendimento escolar, será adotado o sistema de números inteiros na escala de 0 (zero) a 10,0 (dez), permitindo-se o decimal 5 (cinco). Para o arredondamento serão observados os seguintes critérios:

- os decimais 1 e 2 serão arredondados para o número inteiro imediatamente inferior;
- os decimais 3,4,6 e 7 serão substituídos pelo decimal 5;
- os decimais 8 e 9 serão arredondados para o número inteiro imediatamente superior.

A apuração do rendimento escolar será calculada por meio da média aritmética dos resultados dos períodos, considerando os períodos cursados, de acordo com a seguinte fórmula:

$$MAC = \frac{1^a NP + 2^a NP + 3^a NP + 4^a NP}{4} = 6,0$$

MAC= Média da Área de Conhecimento

NP= Nota do período

Será aprovado, por aproveitamento, no final de cada Fase o educando que obtiver a média igual ou superior a 6,0 (seis) por Área de Conhecimento.

Será encaminhados para Exame Final o educando com média inferior a 6,0 (seis) por Área de Conhecimento e será realizado o exame final após o encerramento do 4º (quarto) período da fase.

Será destinado 04 (quatro) dias para o exame final.

Os dias destinados para o exame final não será computado no total da Carga Horária das fases.

O educando que não atingir a frequência mínima de 60% (sessenta por cento) da carga horária total da fase não terá direito de prestar o Exame Final, independente dos resultados obtidos no aproveitamento da fase.

O educando poderá prestar Exame Final em todas as Áreas de Conhecimento.

O cálculo da média, após Exame Final, será efetuado de acordo com a seguinte fórmula:

$$MF = \frac{MAC \times 03 + EF \times 02}{5} = 5,0$$

MF= Média Final

APROVADO

Deliberação CEE/MS  
n.º 2327, de 07/04/07  
Sônia Aparecida Menegheti Vieira  
CADASTRO CEE/MS

Processo n.º	291011428/06
Data	06.10.2004
Fórmula	117
Assinatura	Rosa

MAC = Média da Área de Conhecimento

EF = Exame Final

Será considerado aprovado na Fase cursada o educando que obtiver:

- a frequência mínima de 60% (sessenta por cento) do total da Carga Horária da fase para aprovação;
- a média igual ou superior a 6,0 (seis), em cada Área de Conhecimento da Fase;
- média final mínima de 5,0 (cinco), nas Áreas de Conhecimento objeto do Exame Final.

O educando que não obtiver a média 5,0 (cinco), na Área de Conhecimento e frequência inferior a 60% (sessenta por cento) do total da Carga Horária da fase para aprovação será reprovado.

## 6.6. Frequência

Será obrigatória a frequência mínima de 60% do total geral da Carga Horária da fase.

A frequência do educando matriculado em uma das fases do Ensino Fundamental, será computada a partir da data da matrícula na referida fase.

A Unidade Escolar deverá adotar providências internas capazes de motivar o educando a frequentar as atividades letivas.

O educando que não atingir a porcentagem estipulada acima estará reprovado.

## 7.0. Da Classificação

Classificação é o procedimento que a unidade escolar adotará para posicionar o educando em uma das Fases do Ensino Fundamental, baseando-se nas experiências e desempenho, adquiridos por meios formais e informais.

A classificação em qualquer Fase, exceto a primeira Fase, poderá ser feita:

- por promoção, para educandos que cursaram com aproveitamento a Fase anterior na própria Unidade Escolar;
- por transferência, para candidatos procedentes de outras escolas do País ou do exterior, efetuando-se, quando necessário, avaliação que defina seu grau de desenvolvimento e experiência;
- por avaliação, feita pela unidade escolar, independentemente de escolarização anterior, que defina o grau de desenvolvimento e experiência do candidato e permita sua matrícula na Fase adequada.

A classificação por avaliação dependerá de aprovação nas avaliações realizadas, exigindo – se a nota igual ou superior a 6,0 (seis) nas Áreas de Conhecimento.

A classificação será formalizada através de Portaria, expedida pela Direção.

A classificação por avaliação deverá ser requerida e suprirá, para todos os efeitos escolares, a inexistência de documentos da vida escolar progressiva, devendo, a Portaria, ser arquivada no prontuário do educando.

A classificação por avaliação tem caráter pedagógico centrado na aprendizagem, e exigem as seguintes medidas administrativas para resguardar os direitos dos educandos, das unidades escolares e dos profissionais envolvidos.

A Escola deverá:

- comunicar ao educando ou responsável a respeito do processo a ser iniciado, para obter deste o respectivo consentimento;
- proceder à avaliação das Áreas de Conhecimento da Base Nacional Comum elaborada e aplicada pelo (a) professor (a) e / ou coordenação pedagógica:

APROVADO

Deliberação CEE/MS  
nº 8327 de 07/04/07  
Sônia Aparecida de Aguiar Vieira  
CAUSA/MS

Processo n.º	241091728/06
Data	06/02/07
Folha	113
Assinatura	Rosa

- registrar o resultado em Portaria e Ata Descritiva;
- registrar a Portaria nos documentos escolares do educando;
- arquivar provas e Portaria no prontuário do educando;
- matricular o educando na Fase para qual demonstrou competência.

O educando só poderá ser classificado na 4ª Fase do Ensino Fundamental, desde que na conclusão do Curso tenha 15 anos completos.

### 8.0. Plano para a Formação Continuada do Corpo Docente e Técnico

A formação inicial e continuada dos técnicos e professores que atuarão no curso oferecido através da Secretaria Municipal de Educação deverá ter como referência às diretrizes curriculares nacionais para o Ensino Fundamental e as diretrizes curriculares nacionais de formação de professores, apoiada em:

- I – ambiente institucional com organização adequada à Proposta Pedagógica;
- II - investigação dos problemas desta modalidade de educação, buscando oferecer soluções teoricamente fundamentadas e socialmente contextualizadas;
- III – desenvolvimento de práticas educativas que correlacionam teoria e prática;
- IV – utilização de métodos e técnicas apropriadas as situações específicas de aprendizagem.

### 9.0. Infra-Estrutura Operacional

#### 9.1. Espaço Físico:

O Curso de Educação de Jovens e Adultos na Etapa do Ensino Fundamental – Projeto Experimental será oferecido no período diurno e noturno. No período diurno serão disponibilizadas no mínimo 04(quatro) salas de aula e no período noturno todos os espaços físicos existentes, serão disponibilizados, devido o funcionamento ser somente educação de jovens e adultos.

#### 9.2. Corpo Técnico – Administrativo e Corpo Docente da Escola Municipal Ignês Andreazza

O corpo técnico-administrativo que atuará no curso operacionalizado através deste Projeto será constituído por funcionários já lotados na Unidade Escolar credenciada para oferecer o referido curso, enquanto que o corpo docente será constituído por professores habilitados nas áreas específicas.

#### 9.3. Relação do Corpo Técnico – Administrativo

Nº	Nome	Função	Licenciatura	Habilitação
01	Rosalía Chimenes Grance	Diretora	Pedagogia	Super.Escolar
02	Elizabete da Rocha	Coordenadora	Pedagogia	Super.Escolar
03	Jane Lopes M.Caramit	Coordenadora	Pedagogia	Super.Escolar

APROVADO

Deliberação CEE/MS

19

nº 8327 de 07/04/07

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO  
CABANO

Processo n.º 241041428106  
 Data: 06/02/10<sup>hrs</sup> 119  
 Pábrica: Rede

Nº	NOME	FUNÇÃO	ESCOLARIZAÇÃO
01	Lucas dos Santos Toledo	Secretário	Ensino Médio
02	Gilson Soares Balejo	Aux. Disciplina	Ens. Médio incompleto
03	Gina Glessia da S. Fernandes	A.S.G.	Ens. Médio
04	Maria Alves de Lima	A.S.G.	E. Fund. incompleto
05	Débora G. Agüero	A.S.G.	Ensino Médio
06	Graciela Dominguez	A.S.G.	E. Fund. incompleto
07	Ramona Soares	A.S.G.	E. Fund. incompleto
08	Maria Gonçalves	Merendeira	E. Fund. incompleto
09	Reilda Jará Arzamendia	Merendeira	E. Fund. incompleto
10	Adriana da Silva Costa	Merendeira	E. Fund. incompleto
11	Celina de F. Alves Durão	Merendeira	E. Fund. incompleto
12	Edson Apdo L. Santana	Vigia	Ens. Fundamental
13	Pedro da Cunha Gomes	Vigia	E. Fund. incompleto

#### 9.4. Relação do Corpo Técnico – Corpo Docente

Nº	Nome	Habilitação	Área de Atuação
01	Lucimeire S. Franco	7044 / Pedagogia	1ª Fase
02	Mirta Helena Jará	Mag. 1ª a 4ª série/Pedagogia	2ª Fase
03	Maria Mercedes Soto	Letras c/ênfase em Espanhol	1ª, 2ª, 3ª e 4ª Fases-Lingua Portuguesa/Artes/Espanhol
04	Gilmar Fração	Matemática	Matemática/3ª e 4ª Fases
05	Miriam Cristina Mateu	História	História/3ª e 4ª Fases
06	Maria Aparecida Dornelles	Geografia	Geografia/3ª e 4ª Fases
07	Gladys Flores	Ciências	Ciências/3ª e 4ª Fases
08	Fabiana F. Georges	Ed. Física	Ed. Física/1ª, 2ª, 3ª e 4ª Fases.

#### 10.0. Escrituração Escolar e Arquivo

A organização da escrituração escolar far-se-á através de um conjunto de normas que visa garantir o acesso, a permanência e a progressão nos estudos, bem como a regularidade da vida escolar do educando, abrangendo os seguintes documentos escolares:

- I – requerimento de matrícula;
- II – diário de classe;
- III – mapas colecionadores de canotos;
- IV – guia de transferência;
- V – portarias;

APROVADO  
 Deliberação CEE/MS  
 nº 8327 de 17/04/07  
 Sônia Aparecida Manogheti Vieira  
 CADASTRO/CCREMS

Processo n.º 29/0417-20/06  
Data 06/08/08  
P.º 115  
P.º 115

VI – atas de resultados finais;

VII – certificados.

Essa documentação será organizada em arquivos ativo e passivo, sendo que:

- no arquivo ativo constarão as pastas de assentamento individual do Corpo Docente e Técnico Administrativo e os documentos referentes a educandos matriculados na Fase em curso;

- no arquivo passivo constarão as pastas de assentamento individual do Corpo Docente e Técnico Administrativo e documentos de educandos que não fazem mais parte da unidade escolar.

A escrituração escolar e o arquivamento de documentos são de responsabilidade do secretário da Unidade Escolar.

A Direção da Unidade Escolar compete superintender a escrituração escolar e o arquivo.

### 11.0. Conclusão

O educando que concluir o curso de Curso de Educação de Jovens e Adultos na Etapa do Ensino Fundamental – Projeto Experimental deverá ser maior de 15 (quinze) anos.

Em hipótese alguma o educando poderá concluir o referido Curso sem a idade mínima estipulada acima.

### 12.0. Certificação

Ao educando que concluir todas as fases do Curso de Educação de Jovens e Adultos na Etapa do Ensino Fundamental – Projeto Experimental será expedido Certificado de Conclusão, acompanhado do Histórico Escolar.

Todos os certificados serão expedidos pelas respectivas Unidades Escolares e serão registrados pela Secretaria Municipal de Educação em livro próprio, para fins de controle e garantia de autenticidade da vida escolar do educando.

APROVADO  
Deliberação CEE / MS  
n.º 2527 de 07/04/07  
Sônia Aparecida Meneghed Viçosa  
CADASTRO/CC/CEEM/MS

Processo n.º	2810417-28106
Data	06/02/07, Fls. 116
Publica	Reser

### REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BRASIL, Ministério da Educação e do Desporto. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. Brasília: MEC, 1996.
- \_\_\_\_\_. Ministério da Educação e do Desporto. **Parâmetros Curriculares Nacionais para o ensino fundamental**. Brasília: MEC/SEF, 1997.
- SANT'ANNA, Ilza Martins. **Por que Planejar? Como Planejar?**. 10ª ed. Rio de Janeiro: Vozes, 2001.

APROVADO  
Deliberação CEE/MS  
n.º 3327 de 17/04/07  
Sônia Aparecida Menegheti Vieira  
CADASTRO CICEEMS



# Diário Oficial

Órgão de Divulgação Oficial do Município

de Ponta Porã

Criado pela Lei Complementar Nº 15 de 02/07/2004  
Ponta Porã-MS, 04 de Julho de 2011

Edição 1324

R\$ 1,00

## Entidades

CONSELHO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO  
PONTA PORÃ - MATO GROSSO DO SUL

Deliberação CME/MS nº. 54, de 21 de Junho de 2011.

Fixa normas para  
Autorização de  
Funcionamento de Cursos  
de Educação de Jovens e  
Adultos e Exames  
Supletivos nas Instituições  
de Ensino do Sistema  
Municipal de Ensino.

A Presidente do Conselho Municipal de Educação de Ponta Porã – MS, no uso de suas atribuições legais e com fundamento na Lei nº. 9.394, de 20 de dezembro de 1996, no Parecer nº. 6, de 7 de abril de 2010, da Resolução nº. 3, de 15 de junho de 2010 e a Resolução nº. 7, de dezembro de 2010 e a Indicação nº 18 de 21/06/2011.

DELIBERA:

### CAPÍTULO I DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Art. 1º - A Educação de Jovens e Adultos – EJA, destina-se àqueles que não tiveram acesso ou continuidade de estudos no ensino fundamental na idade própria.

§ 1º - O Poder Público Municipal assegurará gratuitamente e estimulará o acesso e a permanência do trabalhador na escola, mediante ações integradas e complementares entre si.

§ 2º - A Educação de Jovens e Adultos da Etapa do Ensino Fundamental será oferecida através de curso de Educação de Jovens e Adultos, com avaliação no processo pelas instituições do Sistema Municipal de Ensino que oferecem o referido curso.

Art. 2º - A Educação de Jovens e Adultos deverá ser oferecida em consonância com o disposto na Lei nº. 9.394/96, no Parecer CNE/CEB nº. 6/2010, na Resolução nº. 5/2010, que institui Diretrizes Operacionais, e a Resolução nº. 7/2010, que fixa Diretrizes Curriculares Nacionais referentes a essa modalidade de ensino, respeitando, ainda, características, interesse, condições de vida e de trabalho.

### CAPÍTULO II

Do curso de Educação de Jovens e Adultos

Art. 3º - O curso de Educação de Jovens e Adultos será oferecido de forma presencial com avaliação no processo, devendo nos anos iniciais do Ensino Fundamental ter a sua duração a critério do Sistema Municipal de Ensino. Nos anos finais do Ensino Fundamental a duração será de 1600 (mil e seiscentas) horas.

Art. 4º - O curso de Educação de Jovens e Adultos no Ensino Fundamental será organizado em quatro fases, sendo cada fase dividida em quatro bimestres.

Art. 5º - A idade mínima para o ingresso no curso de Educação de Jovens e Adultos na Etapa do Ensino Fundamental na forma presencial será de quinze anos completos até 31 de março do ano da efetivação da matrícula.

Art. 6º - O candidato à matrícula na etapa do Ensino Fundamental que não apresentar documento comprobatório de escolarização será submetido à avaliação para fins de identificação de seu nível de conhecimento e classificação, exceto na primeira fase.

Art. 7º - As avaliações previstas no artigo 6º serão de responsabilidade da equipe pedagógica da escola, devendo:

- I - ser elaborada por componentes curriculares constante da base nacional comum e da parte diversificada;
- II - abranger todos os conteúdos curriculares correspondentes à fase anterior àquele pretendida pelo candidato;
- III - ser aplicada em forma escrita;
- IV - ser corrigida e atribuída nota correspondente ao desempenho demonstrado;
- V - ser arquivada no prontuário do aluno;

VI – ter seu resultado registrado em Ata de Resultado Final e Portaria.

§ 1º - Será considerado satisfatório, para fins de classificação, o desempenho correspondente à nota mínima 6,0 (seis) em cada componente curricular.

Art. 8º - Autorização de Funcionamento é o ato que permite à instituição de ensino o oferecimento do curso de EJA, na etapa do Ensino Fundamental.

Art. 9º - A Autorização de Funcionamento será concedida por prazo determinado de até cinco anos.

§ 1º - Durante a vigência do ato concedido pelo Conselho Municipal de Educação, poderão ser constituídas novas turmas nas diferentes fases do Curso de Educação de Jovens e Adultos.

§ 2º - Para assegurar a continuidade dos estudos e conclusão do curso, pelos alunos matriculados, a instituição de ensino deverá requerer novo ato concessório, antes do término da vigência da autorização emitida por este Conselho.

§ 3º - A Autorização de Funcionamento do Curso de Educação de Jovens e Adultos prescreverá se não for efetivada a sua implantação, no prazo de um ano, após a publicação do ato concessório.

Art. 10 - O pedido da instituição de ensino referente ao funcionamento do Curso de Educação de Jovens e Adultos deverá ser protocolizado e atuado na inspeção escolar da Secretaria Municipal de Educação.

Art. 11 - Para instrução do processo de Autorização de Funcionamento do Curso de Educação de Jovens e Adultos na etapa do Ensino Fundamental, a instituição de ensino deverá apresentar a seguinte documentação:

I - requerimento dirigido ao Conselho Municipal de Educação;

II - cópia do ato legal de criação: espécie, número, data e publicação;

III - cópia do comprovante de propriedade do prédio, do contrato de locação ou outro instrumento, de acordo com as normas legais vigentes e por prazo não inferior a dois anos;

IV - cópia do alvará de Funcionamento e de Localização;

V - cópia do Alvará Sanitário;

VI - cópia do Regimento Escolar aprovado pelo Departamento de Inspeção

Escolar;

VII - relação nominal do corpo técnico-administrativo;

VIII - relação nominal do corpo docente;

IX - organização curricular;

X - proposta pedagógica aprovada pelo Departamento Pedagógico da SEME;

XI - relatório da Avaliação Institucional.

Art. 12 - Deverá compor, também, o processo, relatório circunstanciado da Inspeção Escolar da Secretaria Municipal de Educação, resultante da verificação, "in loco", contendo: especificação do mobiliário, material didático-pedagógico, recursos audiovisuais e tecnológicos e os acervos bibliográficos compatíveis com o curso, além das informações pertinentes sobre acessibilidade e atendimento as peculiaridades da clientela da Educação Especial e o parecer Técnico sobre o mérito do pedido.

Art. 13 - A Proposta Pedagógica da instituição de ensino no que se refere ao Curso de Educação de Jovens e Adultos, no Ensino Fundamental, deverá conter, no mínimo:

I - justificativa;

II - objetivos;

III - requisitos de acesso: idade limite para matrícula e conclusão de cada etapa;

IV - organização curricular;

V - funcionamento do Curso;

VI - pressupostos teóricos/metodológicos;

VII - processos de avaliação da aprendizagem;

VIII - recuperação de aprendizagem;

IX - regime escolar;

X - sistema de acompanhamento do desempenho de alunos e de professores;

XI - sistema de formação continuada dos profissionais da Educação, para atuação no Curso de Educação de Jovens e Adultos;

Art. 14 - O Regimento Escolar da instituição de ensino deverá conter capítulo específico para o Curso de Educação de Jovens e Adultos, estruturado, no mínimo, com:

I - organização curricular no Ensino Fundamental: Língua Portuguesa, Língua Estrangeira, Matemática, Geografia, História e Culturas Afro-brasileira, Africana e Indígena, Ciências, Artes em suas diferentes formas de expressão incluindo-se a música, Educação Física componente obrigatório do Currículo do Ensino Fundamental e será facultativa ao aluno nas circunstâncias previstas no § 3º do art. 26 da Lei nº 9.394/96.

§ 1º - Os componentes curriculares Artes e Língua Estrangeira devem ser oferecidos em uma das fases da etapa do Ensino Fundamental do currículo organizado, sendo que os demais componentes devem constar, obrigatoriamente de todas as Fases.

§ 2º - Leis específicas, que complementam a LDB, determinam que sejam incluídos componentes não disciplinares como temas relativos ao trânsito e meio ambiente.

§ 3º - Será obrigatória a frequência de sessenta por cento do total da carga horária de cada fase do curso.

§ 4º- Será admitido o aproveitamento de estudos obtidos por meios formais ou informais, para qualquer uma das fases, com a obrigatoriedade de se cumprir, no mínimo, sessenta por cento de frequência para qual foi classificado e o total da carga horária das demais fases para conclusão do curso.

§ 5º- Para aproveitamento de estudos formais exigirá-se a apresentação de documentos comprobatórios de escolaridade, feito pela instituição de ensino, que defina o grau de desenvolvimento do candidato e permita sua matrícula em uma das fases do curso.

§ 6º- A matrícula poderá ser efetuada em qualquer época desde que não ultrapasse os sessenta por cento de frequência obrigatória.

§ 7º- As salas de aulas devem ser adequadas ao número de alunos a serem atendidos, em consonância com a Proposta Pedagógica, com a dimensão mínima de 1,30 m<sup>2</sup> por aluno.

#### II – funcionamento do Curso:

- a) horário, turno e duração do curso;
- b) fases com respectiva carga horária;

#### III – regime escolar, contendo:

- a) matrícula;
- b) aproveitamento de estudos;
- c) transferência;
- d) agrupamento de alunos por sala;
- e) critérios de avaliação;
- f) recuperação da aprendizagem;
- g) frequência;
- h) certificação do Curso.

**Art. 15** – A instituição de ensino que possuir ato concessório para oferecer o Curso de Educação de Jovens e Adultos e, posteriormente, venha oferecê-lo em extensão, deverá instruir processo específico, com a seguinte documentação:

- I – requerimento dirigido ao Conselho Municipal de Educação;
- II – cópia do ato legal de Autorização de Funcionamento da Educação de Jovens e Adultos da instituição de ensino;
- III – cópia do ato da atual denominação;
- IV – relação nominal do corpo docente, habilitação, área de atuação e respectivo componente curricular;
- V – relatório circunstanciado da inspeção escolar.

**Parágrafo único** – A extensão, para oferta da Educação de Jovens e Adultos, deve operacionalizar, na íntegra, a Proposta Pedagógica do curso.

**Art. 16** – O relatório circunstanciado de inspeção escolar, referente à extensão, deverá conter informações sobre:

- I – a identificação da instituição de ensino;
- II – a localização da extensão;
- III – o espaço físico da extensão, suas dependências e condições de funcionamento;

IV – forma de organização das turmas, com previsão do número de alunos;

V – a existência de recursos humanos, conforme relação nominal constante no processo;

VI – a escrituração escolar e a guarda dos documentos para efeito de arquivo e expedição de documentos;

VII – a sistemática de acompanhamento das atividades na extensão, pela instituição de ensino.

**Parágrafo único** – O responsável pelo relatório de inspeção escolar deverá emitir parecer técnico sobre o mérito do pedido.

**Art. 17** – No prazo de cento e oitenta dias, antes do vencimento da Autorização de Funcionamento, a instituição de ensino deverá solicitar novo ato concessório, atendendo às exigências prescritas nesta Deliberação.

### CAPÍTULO III

#### Dos Exames Supletivos

**Art. 18** – O Sistema Municipal de Ensino poderá promover a realização de exames supletivos para Jovens e Adultos na etapa do Ensino Fundamental, que compreenderão a base nacional comum do currículo, habilitando-os ao prosseguimento de estudos.

**Art. 19** – Para a oferta do exame supletivo da EJA, a Secretaria Municipal de Educação poderá estabelecer regime de colaboração com outros órgãos, mediante convênios, definindo competências das partes na realização desses exames.

**Art. 20** – A idade mínima para inscrição em exames supletivos de conclusão do Ensino Fundamental deverá ser de quinze anos completos.

### CAPÍTULO IV

#### Da Suspensão temporária, Desativação e Cassação

**Art. 21** – O pedido de suspensão temporária ou desativação de funcionamento do Curso de Educação de Jovens e Adultos deverá ser instruído com os documentos:

- I – requerimento dirigido ao Presidente do Conselho Municipal de Educação, constando o período da suspensão temporária ou da desativação do curso;
- II – justificativa dos motivos da decisão;
- III – cronograma de encerramento das atividades, quando se tratar de desativação;
- IV – comprovante da comunicação à comunidade escolar, no prazo de sessenta dias antes da data da suspensão temporária ou da desativação.

**Parágrafo único** – Deverá, também, compor o processo, relatório circunstanciado da inspeção escolar/SEME, com parecer técnico sobre o mérito do pedido.

Art. 22 - A suspensão temporária da oferta do Curso de Educação de Jovens e Adultos, poderá ser concedida pelo prazo máximo de dois anos.

§ 1º - Decorrido este período, a instituição de ensino deve comunicar ao Conselho Municipal de Educação, noventa dias antes do término do prazo de concessão, o reinício das atividades, obedecidas as normas desta Deliberação.

§ 2º - Na impossibilidade de reinício das atividades, a instituição de ensino deve solicitar a desativação.

§ 3º - Não havendo manifestação da instituição de ensino, em até noventa dias após o prazo da suspensão temporária, o órgão competente solicitará "ex-officio", a desativação definitiva do Curso de Educação de Jovens e Adultos.

Art. 23 - A ocorrência de irregularidades no funcionamento do curso, de qualquer ordem, será objeto de diligências, sindicâncias e, se for o caso, processo administrativo que vise a apurá-los, sustando-se, de imediato, a tramitação de pleitos de interesse da instituição, podendo implicar na reanálise da Autorização de Funcionamento do curso, quando se tratar de pedido de novo ato concessório.

§ 1º - Recebido e analisado processo de reanálise, o Conselheiro relator solicitará à Presidência do Conselho Municipal de Educação a notificação do representado.

§ 2º - O representado terá o prazo de quinze dias, a partir da data do recebimento da notificação, para pronunciar-se a respeito e apresentar defesa, por escrito, se julgar necessário.

§ 3º - Havendo necessidade de apresentação de outras provas, o Conselho Municipal de Educação solicitará providências a quem couber, em prazo por ele estipulado.

§ 4º - Após reanálise, resultante de processo devidamente instruído, e constatado o descumprimento dos dispositivos legais, o Conselho Municipal de Educação poderá

cassar a Autorização de Funcionamento do Curso de Educação de Jovens e Adultos, na etapa do Ensino Fundamental.

Art. 24 - A instituição de ensino que sofrer cassação de Autorização de Funcionamento do Curso de Educação de Jovens e Adultos só poderá apresentar nova solicitação relativa a essa etapa após o prazo de dois anos, a partir da data do ato de cassação, expedido pelo Conselho Municipal de Educação.

#### CAPÍTULO V

##### Das disposições gerais

Art. 25 - A instituição de ensino fica obrigada a afixar, em local visível e acessível ao público, cópia dos atos oficiais de Autorização de Funcionamento do Curso de Educação de Jovens e Adultos.

Parágrafo único - Na divulgação de propaganda de Curso de Educação de Jovens e Adultos, deverão constar informações sobre o ato concessório de seu funcionamento.

Art. 26 - Será sustada a tramitação de processo de Autorização de Funcionamento de Curso de Educação de Jovens e Adultos quando, e até o julgamento do mérito:

I - a instituição de ensino requerente quando estiver sendo submetida à apuração de irregularidade;

II - a instituição de ensino requerente quando estiver sendo submetida a processo de reanálise de qualquer atividade desenvolvida.

Art. 27 - Os certificados de conclusão do curso e os formulários de escrituração escolar deverão ser específicos a essa modalidade de ensino, constituindo parte integrante do Regimento Escolar e da Proposta Pedagógica.

Art. 28 - Os casos omissos serão resolvidos pelo Conselho Municipal de Educação.

Art. 29 - Esta Deliberação, após homologada pela Secretária Municipal de Educação, entra em vigor na data de sua publicação.

Ponta Porã - MS, 21 de Junho de 2011.

ANTONIA ICASATTI DA SILVA

Presidente do Conselho Municipal de Educação

HOMOLOGO

Em, / /

Professora Maria Leny Artunes Klais

Secretária Municipal de Educação



Criado pela Lei Complementar Nº 15 de 02/07/2004  
Órgão Oficial destinado à publicação dos atos dos Poderes  
Executivo e Legislativo do Município de Ponta Porã  
**PODER EXECUTIVO**  
Prefeito: Flávio Kayatt  
**PODER LEGISLATIVO**  
Presidente: Ramão Marcondes Fernandes de Deus  
Sede: Rua Guia Lopes, 663, centro, Ponta Porã - MS  
CEP 79900-000 - Telefone 67-3431-5367